

Introdução

Falar sobre cooperativismo é sempre polêmico. Há aqueles que o defendem incansavelmente e aqueles que o criticam veementemente; também os que o comparam a outra empresa qualquer e os que o defendem como equilíbrio entre socialismo e capitalismo. O cooperativismo no sul do Brasil vem ganhando destaque desde o século XIX, quando os imigrantes europeus fundaram as primeiras cooperativas no Rio Grande do Sul, sem apoio governamental, apenas com sua vontade de melhorar as condições de compra de gêneros e venda dos seus excedentes. Já em Santa Catarina, principalmente na região oeste, foi diferente. A maioria das cooperativas criadas no século XX foi através de incentivo governamental, que incluiu as cooperativas em seus planos de desenvolvimento, principalmente depois da década de 1950.

À medida que os avanços da ciência e tecnologia chegavam à agricultura brasileira, e também no oeste catarinense, inspirado no modelo de desenvolvimento agrícola norte americano, muitas cooperativas receberam apoio governamental para implementar mudanças nos modos de produzir, nos modos de pensar, de agir e sobretudo, uma mudança de valores. A partir da década de 1970, as cooperativas se espalham por todo o estado de Santa Catarina, muitas com sucesso, outras não. O objeto de estudo desta pesquisa, a Cooperalfa, iniciou suas atividades em 29 de outubro de 1967, em Chapecó SC, e todo o processo foi encabeçado pelo Banco do Brasil, através de seu gerente na época.

Em 1977, em meio as comemorações de 10 anos de cooperativa, a educação cooperativa passa a ser uma preocupação da entidade, pois ela vinha observando que seu crescimento econômico e espacial caminhava junto com a diminuição da participação dos associados. A criação da Assessoria de Comunicação e Educação Cooperativa, mais tarde mudando o nome para departamento, como será denominado durante o trabalho, foi pensada para aumentar a participação do quadro social nas atividades da cooperativa e educar o associado para a fidelidade. Além disso, com a crescente modernização dos meios de produção no campo, como por exemplo, o aumento do uso de fertilizantes e maquinários, o agricultor era visto como alguém que precisava de um guia que o orientasse para se adaptar as mudanças. Nesse caso, o guia seria o setor educativo e técnico, que trabalhavam juntos para formar um novo associado: fiel a cooperativa, modernizado e produtivo.

No caso da educação cooperativa, ela se tornou um mecanismo eficaz para convencer agricultores da importância da fidelidade¹ cooperativa e da melhora significativa que a modernização poderia trazer para a vida do associado.

Com isso, pretendemos nesta pesquisa, focar o trabalho da educação cooperativa e analisar de que maneira esse trabalho influenciou no sentido de justificar a necessidade das mudanças na estrutura produtiva e familiar dos associados da Cooperalfa no oeste catarinense, para atender a projeto de modernização agrícola brasileiro; problematizar sobre as estratégias que a cooperativa utilizou, através dos comitês educativos, para fidelizar o associado e educá-lo para o cooperativismo e analisar as ferramentas de comunicação dos educadores para entender como eles atuavam diante dos agricultores no intuito de prepará-los para modernidade e ao produtivismo. Setor esse que teve vários projetos e programas executados, mas que nesta pesquisa serão enfocados somente os comitês educativos e o trabalho do setor técnico.

Analisar as ferramentas que esse programa utilizou para com associados e instituição se justifica pelas grandes mudanças que a educação cooperativa trouxe para ambas as partes. Mudanças no modo de pensar, de produzir e de viver, e que não podem ser dissociadas das mudanças estruturais que aconteciam a nível nacional e global. Além disso, o diálogo com as bibliografias referenciadas e as entrevistas com o responsável do setor de comunicação e do setor técnico na época podem contribuir para enriquecer e incentivar os estudos acerca dessa temática. Também utilizaremos algumas falas de entrevistas realizadas em pesquisa anterior, que abordou a memória dos fundadores da Cooperalfa.

A História Oral é uma das principais bases desse trabalho, pois, apesar de ainda haver muitos slides que eram utilizados para a educação cooperativa e técnica, as apostilas, relatórios ou outros documentos escritos são poucos. As leituras teóricas terão como base principal estudos de Norbert Elias sobre o processo civilizador, Michel Foucault sobre o poder, Reinhart Koselleck sobre temporalidades e tempo presente, além dos estudos de Sônia Regina Mendonça sobre agricultura, agronomia e políticas no Brasil, de José Odelso Schneider sobre cooperativismo e de Claiton Márcio da Silva sobre extensão rural e

¹ Ser associado fiel é entregar toda a produção para a cooperativa, comprar os insumos com ela, participar das reuniões e assembléias, enfim, se envolver com certa regularidade nas suas atividades e eventos.

influências norte americanas no Brasil. Mas o objetivo principal deste trabalho é registrar memórias, e através delas, historicizar e problematizar o processo de modernização do campo, incentivado pelo governo através das cooperativas.

No primeiro capítulo, serão analisados os discursos sobre o poder da ciência e tecnologia como mote de melhoria de vida, as políticas governamentais que influenciaram essas práticas e a importância da educação cooperativa para a formação do quadro social.

No segundo capítulo, analisaremos a criação e atuação do setor de Educação e Comunicação na Cooperalfa, suas práticas, seus discursos os resultados imediatos e a médio e longo prazo tanto para os associados quanto para a cooperativa.

No anexo optamos por colocar o perfil dos responsáveis pela educação cooperativa: o gerente do departamento técnico e do departamento de comunicação. Com isso, podemos compreender melhor a escolha dessas pessoas para esse trabalho e sua metodologia de trabalho. Durante a pesquisa, serão chamados de comunicador e agrônomo.

Buscamos com este trabalho compreender melhor o processo histórico, político, econômico e social em que se insere o cooperativismo e a educação cooperativa no oeste catarinense, especialmente o caso Cooperalfa. Cabe ressaltar que este trabalho é apenas uma fagulha de uma pesquisa que continuará no mestrado de História da UFSC, durante os anos de 2013 e 2014. Por ora, estão aqui alguns apontamentos do que pesquisamos.

CAPÍTULO I

ANALISANDO O CONTEXTO

1.1 A Cooperalfa: criação e atuação política e econômica na região.

Na Europa, continente onde os primeiros movimentos cooperativistas foram oficialmente reconhecidos no século XIX, as cooperativas criadas tinham o objetivo de fugir da exploração dos patrões, assegurando aos seus associados à propriedade dos instrumentos de trabalho e visando melhorar as condições de vida. Robert Owen e Charles Fourier² foram os precursores dos ideais cooperativos, e seus conceitos inspiram todo o movimento até hoje.

Apesar de já haver muitos exemplos de cooperativismo no mundo³, o ano de 1844, figura como o marco inicial da história do sistema, porque foi o primeiro registro oficial do mundo de uma sociedade-empresa, organizada por tecelões residentes em Rochdale, na Inglaterra. Na época, os idealizadores do cooperativismo, através da criação dos princípios cooperativistas, viam o homem na sua forma integral, considerando o econômico, o social, o moral e da justiça. As cooperativas, junto com outras organizações, idealizaram tornar-se a base de uma caminhada rumo à participação mais igualitária e mais justa na sociedade. No trabalho cooperativo, as pessoas buscavam desenvolver formas de solidariedade e trabalho que transformassem a vida de todos que dela participassem. O trabalho conjunto procurava reforçar as vantagens das relações humanas, os benefícios da ajuda mútua, a crença numa sociedade em que todas as pessoas tivessem os mesmos direitos e a mesmas possibilidades de inserção social e econômica, mesmo sabendo que muitas vezes esses ideais seriam vistos como utópicos.

Em Santa Catarina, as cooperativas começam sua história no século XIX, sendo que o período de maior expansão ocorre depois da metade do século XX, através de incentivos

² Fonte www.ocb.org.br

³ No livreto intitulado “Orientação Cooperativista” (1978), os autores falam de algumas dessas experiências.

governamentais que inseriram as cooperativas no projeto de desenvolvimento do Brasil. O cooperativismo agropecuário sempre foi um dos destaques de atuação no estado e mereceu atenção distinta durante muitos anos, especialmente no que se refere ao acesso de financiamentos. “A participação do Estado neste contexto foi como agente financiador da modernização da agricultura, principalmente através do sistema de crédito rural subsidiado [...] (ESPIRITO SANTO, 1999, p.102)”.

Na região oeste de Santa Catarina, tradicionalmente agrícola e extrativista, as atividades agropecuárias ganharam destaque a partir das décadas de 1960/1970, quando o governo do estado implanta programas de modernização e educação no campo⁴, com o objetivo de modernizar as práticas produtivas.

Na segunda metade do século XX, o discurso que condenava o atraso da agricultura brasileira também influenciou as políticas de estado em Santa Catarina. [...] no mesmo período, foi comum a ocorrência de um discurso similar, no qual o estado aparecia em situação retardatária em relação ao restante do país (LOHN, 1999, p.6).

Nesse contexto de mudanças e modernização, se insere também o cooperativismo, que muitas vezes tem sua expansão dificultada pelo descrédito das cooperativas do Rio Grande do Sul⁵. E para dificultar, os agricultores dependiam dos atravessadores para comprar sua produção: uma relação muitas vezes difícil, que balançava entre relações de compadrio, de dependência e, muitas vezes, de exploração. Vejamos o que fala um dos entrevistados sobre o cooperativismo na região em meados do século XX, especialmente da Cooperativa Triticola Oeste Catarinense Ltda⁶, que faliu e sobre suas cinzas foi criada a Cooperalfa

Nós tivemos envolvidos uns quantos aí, Fiorindo Scussiato, Ernesto Dal, Luiz Baldissera, Plínio Sirena, formamos na época por causa do trigo, se plantava bastante trigo aqui, mas o trigo era explorado pelos atravessadores, aí resolvemos formar uma cooperativa. Mas naquela época não tinha recurso nenhum, negócio de financiamento e banco não tinha nada, era só no peito e na raça para fazer isso. Conseguimos tocar

⁴ Falaremos dos programas da Acaresc mais adiante.

⁵ A maioria dos moradores da região oeste de Santa Catarina é oriunda do Rio Grande do Sul ou descendente de migrantes. Lá o cooperativismo carregou durante anos a fama de ser “antro de ladrão”, expressão bastante utilizada pelos meus entrevistados.

⁶ Essa cooperativa era formada por produtores de trigo, com sede em Chapecó/SC, foi fundada em 1961 e foi a primeira organização cooperativa de Chapecó.

mas ficou desativada por dois anos por falta de estrutura, o Banco do Brasil, o governo não ajudava (Baldissera, 2008).

Com a Cooperativa Tritícola de portas fechadas, o gerente do Banco do Brasil na época, encabeçou a “refundação” da cooperativa, com o objetivo de dinamizar o atendimento aos agricultores, já que, segundo algumas entrevistas realizadas⁷, o Banco não tinha estrutura nem pessoal para atender todos que iam até lá pedir financiamento. Em 29 de outubro de 1967, um grupo de agricultores assina a ata de fundação da Cooperativa Agropastoril de Chapecó Ltda. (Cooper Chapecó), que em 1974 incorpora a Cooper Xaxiense e se torna Cooperalfa. A cooperativa passou a repassar os financiamentos agrícolas para os associados, mantendo dentro da sua estrutura um fiscal do Banco do Brasil que acompanhava a aplicação do dinheiro e realizava a fiscalização nas propriedades, junto com um membro da cooperativa. Para um dos sócios fundadores, o apoio do Banco do Brasil foi fundamental para facilitar o acesso do agricultor aos recursos governamentais. “Daí abrimos a cooperativa e o banco começou a financiar o pequeno produtor. O Banco do Brasil fez um contrato com a cooperativa. Jogou o dinheiro para a cooperativa, o cara entrava de sócio e recebia também o financiamento” (Baldissera, 2008).

Mesmo com as dificuldades iniciais de qualquer empreendimento, a cooperativa cresceu bastante nos seus primeiros anos, como podemos verificar através dos dados a seguir: na sua ata fundação consta a assinaturas de 37 pessoas, em 1967. Um ano depois a cooperativa contava com 345 associados e em 1969 existiam três postos de atendimento. Em 1974, eram 2879 associados e ao completar 10 anos, a cooperativa tinha em seu quadro social de quase 6 mil associados⁸. E, sucessivamente, foi-se ampliando o número de associados, de filiais, de postos de atendimento, a construção de silos, a contratação de funcionários, industrialização e o melhoramento do espaço físico.

⁷ Entrevistas que realizei para a pesquisa de especialização denominada “Cooperalfa: memórias do cooperativismo”, de 2009.

⁸Fonte: Cartilha “Cooperalfa: 10 anos somando fatores de produção”

Figura 01: Instalações da Cooperalfa em 1977, na cidade de Chapecó/SC.



Acervo: Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito.

Atualmente, a Cooperativa Agroindustrial Alfa Ltda.(Cooperalfa), com sede na cidade de Chapecó SC, é uma das maiores cooperativas do país e a maior cooperativa agropecuária de Santa Catarina, com quase 16 mil famílias associadas, 2371 colaboradores⁹ e 81 municípios onde atua em Santa Catarina e no Paraná, conforme pode ser visto no mapa a seguir.

⁹ Jornal O Cooperalfa. Fevereiro de 2013, Ed. 290, onde consta relatório de gestão de 2012.

Figura 02: Mapa de área de abrangência da Cooperalfa, datado de outubro de 2012. No nosso recorte temporal, a área de abrangência se restringia às áreas em azul, marrom, verde claro, laranja e vermelho, e ainda nem todos os municípios dessas regionais.



Fonte: Setor de Imprensa Cooperalfa.

1.2 Políticas econômicas brasileiras para o cooperativismo e agricultura.

A partir da segunda metade do século XX, o Brasil passa por uma fase de acelerado crescimento econômico, com muitas empresas multinacionais se instalando e gerando um crescimento a “passos largos”, impulsionado fortemente pela política de “crescer 50 anos em 5” de Juscelino Kubitschek. Propagam-se pelo país os projetos de modernização tanto do espaço urbano quanto do rural, que embalaram o Brasil até a década de 1970. Já a década de 1980, considerada a “década perdida”, sofre uma estagnação na economia, influenciada fortemente pela crise mundial do petróleo e a falta de políticas públicas na maioria dos setores da economia.

Além da falta de investimentos em geral, a fragilidade das políticas para a agricultura foram também sentidos em Santa Catarina. A região oeste presenciava nessas décadas a instalação e propagação de agroindústrias, e o campo vivia um processo intenso

de modernização. O avanço das agroindústrias e a expansão de uma agricultura cada vez mais mecanizada e que passou a exigir o uso de insumos agrícolas modernos, gerou a descapitalização, exclusão e o empobrecimento de muitos agricultores, e que atingiu em muitos casos “[...] um patamar abaixo do limite de sobrevivência”, e muitos camponeses não tiveram “[...] outra saída a não ser o êxodo para as favelas” (MAZOYER/ROUDART, 2010: 493).

O uso intensivo dessas inovações ganhou destaque na produção agrícola em grande escala, e no oeste catarinense, tradicionalmente composto por pequenas propriedades de economia familiar, se intensificou a partir da instalação de agroindústrias e cooperativas.

No contexto econômico, o incentivo ao cooperativismo pode ser focalizado na perspectiva das transformações ocorridas no setor rural e sua relação com os agentes que fomentaram a reprodução do capitalismo na agricultura. Quando RADIN (2009) fala dos contatos que fizeram representantes governamentais de Roma e Paris com o governo de Santa Catarina no início do século XX, no intuito de estimular o uso de novidades científicas na agricultura, podemos perceber que o processo de modernização agrícola em Santa Catarina vem se construindo bem antes da metade do século XX, quando seus efeitos são percebidos mais intensivamente. “A propagação da ideia do associativismo rural em Santa Catarina pode ser vista como uma tentativa de difundir a ideia de modernização agrícola” (RADIN, 2009, p.8). Em sua pesquisa sobre agricultura em Santa Catarina, Espírito Santo também encontrou relatórios em que constam que “As políticas voltadas a modernização da agricultura brasileira, apesar de terem tomado impulsos na década de 1960, já eram evidenciados no 1º Censo da Agricultura realizado no país em 1920” (1999, p.66).

E apesar de ser visto como “sertão” catarinense, um lugar “inóspito”, a comitiva governamental que realizou uma viagem ao oeste do estado em 1929¹⁰, com o objetivo de integrar essa região ao estado, deixou bem claro nos relatos de viagem que o oeste precisava se tornar conhecido

[...] na perspectiva de favorecer a criação das condições necessárias para sua “ocupação efetiva”. Entendia-se que só dessa forma se integraria esse

10 Ver mais em “A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras. Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. Chapecó: Argos, 2005. 207 p. Série Documento. n. 5”.

espaço aos desígnios de modernização do estado e da nação. Era preciso que o espírito de civilização, que se imaginava estar nas cidades e áreas já colonizadas, tomasse conta do sertão, ainda incivilizado. Esse pensamento ganhava força com a crescente urbanização e industrialização, vivida pelas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro [...] (RADIN 2009, p.15).

Quando Espírito Santo (1999) fala sobre o processo de modernização do sul de Santa Catarina a partir da década de 1960, podemos compará-lo ao que aconteceu também no oeste catarinense. Segundo a autora, além do crédito bancário,

Outro fator muito importante foi a ação da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC) criada nos anos 50 e que além da assessoria e serviços de extensão prestados aos agricultores de todo o Estado, colocou em ação um programa de educação do jovem rural, os chamados clubes 4S, que significavam respectivamente: Saber(Head), Sentir(Heart), Servir(Hand) e Saúde (Health). Nestes clubes, os filhos de agricultores na faixa etária entre 14 e 25 anos, além de terem um local de reunião e diversão, recebem uma educação modernizante com acesso a pequenos créditos com juros baixos (ESPÍRITO SANTO, 1999, p. 56).

Nessa mesma linha de trabalho dos 4S¹¹, o setor de comunicação e educação das cooperativas, através dos comitês educativos e da assistência técnica, tinham o papel de difundir os ideais de modernização almejado e incentivado pelo governo brasileiro desde o início do século XX. E os técnicos que trabalharam na Cooperalfa, seguiram também a linha de trabalho da extensão rural, aliás, muitos deles contratados por conta da repercussão positiva do seu trabalho junto a Acaresc. Muito mais que difundido pelo estado brasileiro [...] a difusão da Extensão Rural, para modernizar a agricultura tradicional, acompanhava a expansão do poder dos Estados Unidos no contexto internacional (LOHN, 1997, p.5).

As cooperativas estiveram fortemente inseridas nos ideais de melhoria da produção e educação da população rural; financiadas pelo Estado, elas serviriam de difusoras do conhecimento científico e sua aplicação na agricultura considerada então símbolo do atraso da economia brasileira. Além do trabalho do departamento de educação e dos técnicos da Cooperalfa, ela realizou também parcerias com os clubes 4S na sua área de abrangência. E com isso, governo e instituições

11 Sugestão de leitura sobre a atuação dos Clubes 4S. SILVA, Claiton Marcio da. **Saber, Sentir, Servir E Saúde: a construção do novo jovem rural nos Clubes 4-S (1970-1985)**. Florianópolis: 2002. Dissertação de Mestrado em História, curso de Pós Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina.

[...] através de programas de extensão aliados à política de crédito, conseguiram convencer os agricultores que rural e tradicional estavam relacionados a “atrasado”. A ideologia da modernização agrícola atuou com eficácia no sentido de explorar a dicotomia urbano/rural. Em oposição ao rural “atrasado” estava o urbano, “desenvolvido” e “moderno”. A ideologia também incutiu na mente dos agricultores o sentido de inferioridade em relação ao urbano. Por isto, para ser aceito/reconhecido era importante não oferecer resistência às mudanças e estar aberto a adotar as novas tecnologias consideradas modernas (GIRARDI, MASIHERER, SCHWAAB, 2007).

O cooperativismo não foi apenas uma reação dos agricultores e graças a sua luta foi possível consolidá-lo, como muitas vezes as cooperativas colocam em seus discursos. RECH (1986, p.56) mostra que “[...] o cooperativismo foi tutelado e estimulado pelo Estado, na medida em que ele se adequava aos interesses representados pelo novo modelo de desenvolvimento nacional [...]”. E na Cooperalfa não foi diferente, uma cooperativa financiada pelo dinheiro público, e que podemos comparar ao que Jorge A. Perreira fala sobre a atuação de grande parte das cooperativas, que trabalham num [...] caráter tecnicista, autoritário e dependente do Estado (1999, p.151). Nesse sentido, a reestruturação da falida Cooperativa Tritícola, que deu origem a Cooperalfa, foi estimulada pelo então gerente do Banco do Brasil, Setembrino Zanchet, que não sabia como atender tantos agricultores pedindo financiamento. Com isso, repassava para as cooperativas esse trabalho, sendo ele apenas agenciador de dinheiro e fiscalizador de sua aplicação. Segundo Serrano, um dos fundadores da Alfa

O Banco do Brasil era muito procurado pelos agricultores, pequenos colonos, para pedir empréstimo para plantar dois sacos de feijão, ou três sacos de milho, ele tinha mais ou menos uma demanda de três mil agricultores pedindo financiamento lá no banco, ele não tinha gente para atender esse pessoal. Então ele [o gerente Setembrino Zanchet] falou, vamos formar uma cooperativa aqui em Chapecó, daí faço uma financiamento só, grande, para a cooperativa e ela repassa para toda essa gente, e eu fico livre de todos eles aqui no Banco (2008).

Depois do processo de reestruturação e fusão, e dos primeiros anos de trabalho sem muitas estruturas e capital de giro, a Cooperalfa chegava em 1977 comemorando festivamente a primeira década de vida. Em meio a anos de crise na agricultura e a constante desconfiança com más experiências no cooperativismo, a Cooperalfa consegue chegar aos dez anos de história com uma invejável estrutura e um número bem expressivo de associados. Em 1977 a cooperativa tinha 5270 associados, uma frota de 60 veículos, estavam instaladas 8 filiais, possuía uma capacidade de armazenagem de quase 70 mil

toneladas de grãos e já consolidava seu quadro técnico, com dois engenheiros agrônomos, um médico veterinário e oito técnicos agrícolas¹².

Mas o cenário econômico e político brasileiro começava a dar sinais de que profundas transformações estavam para acontecer. Segundo alguns autores como SILVA (2009), RADIN (2009) e MENDONÇA (1998), o “atraso” da agricultura brasileira, principalmente a partir da década de 1950, passou a ser visto como uma limitação ao progresso econômico brasileiro. Dentro dessa lógica, sentiu-se a necessidade de formar um novo sujeito, um novo agricultor, qualificado para lidar com novas tecnologias e que se enxergasse como o “futuro da nação”, defendendo a ideia de “modernizar o Jeca Tatu”¹³. Nessas estratégias, as cooperativas foram braços do governo na execução de políticas de modernização da produção agrícola brasileira, e para o governo, elas serviriam instrumento de difusão do conhecimento científico. Um momento em que cooperativas se tornam aliadas do governo, em parceria com outros órgãos governamentais, com o [...] objetivo de buscar artifícios de comunicação capazes de convencer os agricultores a adotarem inovações tecnológicas como mecanização, o uso de adubos solúveis, agrotóxicos e sementes híbridas “(GIRARDI, MASIHERER, SCHWAAB, 2007). Nessa lógica, os departamentos de comunicação e educação, que tinham como papel “original” garantir a participação do associado, tomaram nesse momento, um rumo mais “técnico/civilizante”, preocupado com a eficiência produtiva e com a expansão capitalista no campo. E além da modernização, ela “[...] carregava consigo um caráter civilizador e, [...] poderia aplicar conhecimentos considerados úteis ao aumento da produtividade, mas também na civilização dos espaços e dos comportamentos” (SILVA, 2009, p.41).

Como diz um entrevistado¹⁴, os agricultores se comportavam “tipo índio”, ou seja, longe dos padrões de modernidade e civilidade que o Brasil almejava. E a cooperativa como instrumento do estado para levar ao campo a modernização, cumpriria seu papel através dos comitês educativos, pois “[...] o ensino era tido como o único motor de possíveis mudanças no campo, revestindo seus trabalhos de um tom ilustrado e pedagógico”. (MENDONÇA, 1998, p.31).

12 Dados extraídos de uma cartilha chamada “Cooperativa Regional Alfa Ltda: seu início, sua evolução, sua situação atual, seus planos. Chapecó, 15 de novembro de 1977. Olívio Baldissera (Secretário) e Aury Luiz Bodanese (Presidente)”.

13 Radin, 2009.

14 Entrevista realizada com Odilon Serrano em 30/06/2008, para a monografia de Especialização em História e Geografia da Unochapecó, denominada “Cooperalfa: memórias do cooperativismo”.

E se portando novamente para o caso da criação de órgãos governamentais que incentivavam a modernização agrícola e o mantinham incentivo para as cooperativas através de financiamentos agrícolas, a cooperativa tinha também a função de instruir “[...] os associados nos segredos da moderna agricultura, de modo a garantir-lhes uma produtividade compatível com os investimentos públicos – materiais e humanos – a serem aí realizados” (MENDONÇA, 1998, p. 49).

1.3 Educação, ciência e modernização

Em recente conferência proferida em São Paulo, Steven Shapin¹⁵ explanou sobre a dificuldade de controlar a abrangência do termo ciência e cientista na sociedade, função esta vista como muito importante, relacionada ao saber supremo. Segundo o autor, a ciência como teoria pura já não é vista com tanto prestígio, principalmente quando depende de financiamentos. Há algum tempo que a glória da ciência se manifesta principalmente para resultados comerciais e técnicos, diferente do tempo em que havia mais prestígio para filósofos do que para matemáticos e físicos. As administrações financiam a ciência com objetivos específicos, o governo vê os cientistas como pessoas úteis. A chamada “economia do conhecimento”, a ciência como combustível do crescimento econômico.

Importando ciência e tecnologia, ou, em menor escala, estimulando a pesquisa, o governo financiou o seu avanço também na agricultura do oeste catarinense, inspirado pelo modelo de desenvolvimento agrícola norte americano. Modelo este difundido em Santa Catarina através do trabalho de extensão rural da Acaresc. “Todo o discurso de valorização da tecnologia e de seus supostos efeitos para a superação do atraso do agricultor foi construído, ressaltando a autoridade dos técnicos” (LOHN, 1997, p.6).

Como parte desse projeto nacional, a Cooperalfa - e muitas outras cooperativas - se tornou instrumento governamental para implementar mudanças nos modos de produzir, e sobretudo, mudanças nos modos de pensar e agir. Ideais esses que se difundiram a partir da Revolução Francesa e da Revolução Industrial, onde

¹⁵ Conferência de abertura do 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia proferida em 03 de setembro de 2012, na USP, em São Paulo.

O pensamento iluminista abraçou a ideia de progresso e buscou ativamente romper com a tradição, procurando desmistificar e dessacralizar o conhecimento para libertar os seres humanos. Esse pensamento era permeado por um otimismo desenfreado na ciência e no conhecimento como meios fundamentais para produzir liberdade, igualdade e progresso humano” (SAUER, 2010, p.150).

Para muitos iluministas, a felicidade e a liberdade seriam conquistadas através da ciência; acreditavam inclusive que ela ajudaria a resolver os problemas de fome, de pobreza, de pestes, de calamidades naturais e até abusos de poder. E não eram só eles que acreditavam nos benefícios que ela poderia proporcionar. Segundo o associado Schneider, os ganhos que a ciência poderia proporcionar chegaram até a região através da Alfa, que trouxe técnicos para explicar “[...] na parte da agronomia, que os comerciantes não tinham nenhum técnico. E daí que nós começamos a entender que a parte de estudos de agronomia é muito boa e ia [a Alfa] começar a ensinar” (2009). Segundo ele, as orientações técnicas proporcionadas pela cooperativa foram sinônimo de progresso para os agricultores “[...] faça conta que a Alfa que trouxe essas tecnologias, os agrônomos, vamos para frente, vamos para frente, e eu sou daqueles que você nunca pode dizer que sabe tudo. Sempre tem que ir para frente”(2009). Todo esse processo de modernização e racionalização da produção que afetou as relações de produção mais intensivamente em Santa Catarina a partir da década de 1970-1980, já vinha

[...] acontecendo desde os anos de 1960, através do que se convencionou chamar de Revolução Verde. As mudanças da base tecnológica ocorreram através da introdução de inovações químicas e biológicas na agricultura, sendo que a utilização maciça de fertilizantes químicos e pesticidas permitiu ampliar a produção agrícola monocultura em grande escala (SAUER, 2010, p.146).

No caso de Santa Catarina, o governo cria vários órgãos com essa função, e o principal deles é a ACARESC¹⁶, que atuava junto aos agricultores – jovens principalmente - com introdução de novas técnicas de plantio, uso de adubos químicos e sementes híbridas, treinamentos na área de suínos e aves e programas de formação de jovens lideranças rurais (SILVA, 2002). Durante os dez primeiros anos de atividades da Cooperalfa, a ACARESC deu apoio de assistência técnica também à cooperativa. O

16 Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina, atualmente conhecida como Epagri. Segundo Espírito Santo (1999, p.55), a ACARESC é atualmente integrada a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI).

agrônomo responsável pelo setor técnico da Cooperalfa nos conta o seguinte sobre essa parceria.

Existiam os técnicos designados pela Acaresc, pois a cooperativa tinha dificuldades de contratar profissionais, de treinar, porque normalmente saiam da faculdade, os colegas, mas normalmente não estavam preparados para enfrentar a realidade, principalmente na metodologia, podiam até ter o conhecimento, mas não tinham a metodologia para preparar uma demonstração de resultados, para preparar uma reunião, para falar fácil para o pessoal entender, afinal, para levar a mensagem técnica de uma maneira que o associado, o agricultor, no caso associado da cooperativa, pudesse assimilar e empregar essa tecnologia na sua atividade. Então tinha algumas cooperativas que faziam convênios com a Acaresc, que sedia profissionais treinados (Agrônomo).

Mas essa assistência que a extensão rural proporcionava, estava concentrada em questões relacionadas a técnicas de melhoria de fertilidade do solo e conseqüente aumento da produção, tentando com isso fazer com que a renda do agricultor melhorasse e o mesmo não engrossasse a fila do êxodo rural, que se intensificava na região oeste de Santa Catarina das décadas de 1970/1980, deixando a desejar na educação cooperativa. E na Cooperalfa, o discurso e o trabalho que se buscava realizar, se aproxima do que (SILVA, 2009, p.127) afirmou sobre as atividades realizadas pela extensão rural em Santa Catarina.

[...] a introdução de conhecimentos considerados modernos com um trabalho integrado de extensão rural incluindo aspectos de saúde preventiva para os agricultores jovens e adultos visava habilitar o “homem do campo” a viver e produzir no meio rural, e não migrar para as cidades.

O trabalho realizado pelo setor de comunicação e educação, nesse sentido de auxiliar no processo de educação para a mudança, para a participação, para a modernização, mas acima de tudo, para a fidelização, buscava não apenas tornar o agricultor produtivo, mas formar um novo sujeito no agir e no pensar. Seguindo a lógica descrita acima, a cooperativa enxergou na criação do setor de educação uma ferramenta fundamental para resolver seus problemas, aliás, os problemas dos associados.

Com a diminuição de participação dos associados, diante das constantes reclamações nas assembleias, e com o aumento da área de abrangência da cooperativa, além da influência de um processo de abertura democrática que se construía no Brasil, a criação da comunicação e educação foi pensada pelo então presidente e pelo comunicador contratado, para esclarecer melhor o associado sobre o funcionamento de uma cooperativa,

formar lideranças comunitárias, aumentar a participação dos associados nos eventos e reuniões, “educá-los” para o cooperativismo e intensificar a difusão e aceitação de novas tecnologias agrícolas, pois o setor técnico enfrentava algumas resistências por parte dos agricultores na adoção de novos modelos de produção. A partir da análise de algumas falas, que mais tarde serão citadas, podemos fazer associação ao que fala Foucault sobre o poder e modelagem do indivíduo. O programa acabou tendo um caráter pedagógico que se

[...] mistura com a fixação de relações de poder; formam-se bons agricultores vigorosos e hábeis; nesse mesmo trabalho, desde que tecnicamente controlado, fabricam-se indivíduos submissos, e constitui-se sobre eles um saber em que se pode confiar. Duplo efeito dessa técnica disciplinar que é exercida sobre os corpos: uma “alma” a conhecer e uma sujeição a manter (2010, p.280).

Na mesma linha de pensamento de Foucault, podemos citar as discussões de Norbert Elias, quando fala que as mudanças no comportamento humano, dentro da lógica do processo civilizador, nada mais são que “[...] uma nova autodisciplina” (ELIAS, 2011, p.203). E foi o que aconteceu na Cooperalfa. Além das mudanças na maneira de produzir e viver, introduzidas pela “modernidade”, o indivíduo passou a ser educado para “fiscalizar” outros associados no cumprimento de seus deveres de cooperados e também para a autodisciplina na manutenção desses novos hábitos.

A educação e o poder do discurso da ciência tiveram bastante êxito no que abrange os associados da Cooperalfa. É claro que não podemos generalizar, houve protestos, mesmo que silenciosos. Mas o trabalho com agrônomos, veterinários, comunicadores e demais técnicos fidelizou muito associado, por avistarem nesse saber uma possibilidade de melhoria de vida, convencidos pelo discurso modernizador altamente persuasivo adotado pela cooperativa, nos moldes do que o projeto brasileiro ambicionava naquele momento. E a educação cooperativa foi peça chave para que se alcançasse esse ideal, como podemos ver no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

CRIAÇÃO E ATUAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO

2.1 Entendendo a educação cooperativa

O que se deve entender por educação cooperativa? Toda atividade que desperta o interesse comprometido dos associados já é em si um método de “educação”. Esta noção também se aplica as diversas atividades econômicas, sociais, culturais, recreativas e especialmente aos cursos, seminários e trabalhos de grupo organizados pelo Comitê de Educação” (Schneider, 1999, p.162).

Desde os primórdios, no século XVIII, o cooperativismo é regido por alguns princípios que norteiam suas ações; princípios esses que são linhas orientadoras através das quais as cooperativas levam os seus valores na prática. Dos pioneiros de Rochdale, em 1844, até o Congresso do Centenário da Aliança Cooperativa Internacional, em Manchester/Inglaterra em 1995¹⁷, os sete princípios sofreram apenas algumas alterações, mas permaneceram basicamente os mesmos. São eles:

- adesão voluntária e livre;
- gestão democrática pelos membros;
- participação econômica dos membros;
- autonomia e independência;
- educação, formação e informação;

¹⁷ Cartilha “O Cooperativismo ao Alcance de Todos”. OCESC, 1999.

- intercooperação;
- interesse pela comunidade.

Dentro desses princípios, a educação cooperativista é considerada uma das mais importantes para a maioria dos cooperativistas. Para um dos mais tradicionais autores de cooperativismo brasileiro, SCHNEIDER, a educação dentro das cooperativas é essencial.

Não é segredo que os grandes cooperativistas foram também grandes educadores [...] A cooperação como uma forma de ajuda mútua, apela a motivações bem distintas das do auto-interesse ou de impulsos egoístas. Uma disciplina coletiva livremente assumida requer um crescimento cultivado através da educação. Requerem-se novos valores, novas idéias, novos padrões de comportamento, novos hábitos de pensamento e de conduta, baseados nos valores superiores da associação cooperativa. Portanto, nenhuma cooperativa pode dispensar a educação. (1999, p.134)

A “Educação, Formação e Informação” como primordial para manter o associado leal a cooperativa é um tema que gera muito debate dentro das cooperativas – e fora delas também - levando em conta que falar sobre cooperativismo para melhor vinculação, compreensão e, principalmente, para que o associado tenha consciência de que a cooperativa é sua, é um custo social que muitos dirigentes vêem como investimento não rentável. O cooperativismo defende que “ninguém nasce cooperativista”, cooperativismo e atitudes cooperativas se desenvolvem pela educação, pela mudança de comportamento e de atitudes. Para tanto, é um trabalho essencial para qualquer cooperativa. Quando fala da importância da comunicação educativa, PERREIRA entende que

[...] a educação no contexto das organizações, neste caso das cooperativas agropecuárias, cumpre o papel fundamental de forçar as ações no sentido da interdisciplinaridade e da participação consciente e criativa de todos os integrantes do grupo. Em outras palavras, o caráter educacional se apresenta como um leque que se abre e deixa transparecer a diversidade de opiniões, de expectativas e de talentos, estabelecendo entre eles uma relação democrática e criadora para o desenvolvimento do todo comum (1999, p.25).

A educação cooperativa é um dos principais trabalhos dos departamentos de comunicação e educação das cooperativas. Através dela, os associados são orientados dos seus direitos e deveres, são realizados reuniões e treinamentos onde seus membros promovem a formação de lideranças, orientam como todos podem contribuir para o bom andamento da cooperativa e sobre as vantagens do trabalho cooperado. Como o

cooperativismo moderno teve seu início no caminho do sistema econômico capitalista introduzido pela Revolução Industrial, a comunicação e educação cooperativa, no oeste catarinense, segundo PERREIRA, para ter sucesso, deve ter a capacidade de

[...] formular suas políticas com o máximo de profundidade. Certamente terá que se referir à democracia, participação, autogestão, desenvolvimento auto sustentável, compreensão holística do mundo, associar tecnologia e humanismo, combinar trabalho e qualidade de vida, vincular cooperativismo à geração de emprego, luta contra a marginalização econômica e emprenho pela justiça social (1999, p.26).

O que podemos perceber no caso da Cooperalfa, é que o idealizador do programa criado em 1977 buscou trabalhar nesse sentido; mas, como ele mesmo colocou “[...] minha função era exatamente reforçar o departamento técnico que a cooperativa já tinha [...]”¹⁸. Mesmo que o objetivo central do trabalho era educar para a fidelidade cooperativa, os conceitos de poder, produtividade, saneamento e desenvolvimento tecnológico acabaram norteando o conteúdo dos projetos que foram sendo desenvolvidos ao longo de dez anos. A educação cooperativa era o braço direito da administração da Cooperalfa para divulgar suas idéias e projetos e conquistar a fidelidade dos associados. No cooperativismo, informação é essencial, segundo SCHNEIDER

[...] é importante manter os associados informados sobre o andamento da cooperativa, novos projetos, o curso da execução das decisões tomadas, bem como informar também sobre o Movimento Cooperativo como um todo, de seus problemas, suas vitórias e de suas perspectivas, para que os associados se identifiquem e se comprometam com o cooperativismo como um sistema, além dos estreitos limites de sua cooperativa local” (1999, p.168).

Associado melhor informado é associado mais participativo, mais fiel, defensor da sua cooperativa e fiscalizador das ações da diretoria. Podemos perceber esse objetivo bem claro no depoimento do responsável do setor técnico da Cooperalfa na época, que já realizava modestamente esse trabalho, mas que veio a ser reforçado com o trabalho conjunto com a comunicação

[...] o seu Aury sempre teve aquela idéia de ter o contato com o associado, tinha aquele contato mais negocial, ia lá no Alto da Serra¹⁹, que começou lá, fazia as reuniões, a cooperativa tá assim, tá assado, íamos lá, falava de mercado falava disso daquilo, dos produtos, das mercadorias, mas a questão cooperativa não tinha conhecimento, não

¹⁸ Comunicador

¹⁹ Alto da Serra é um distrito de Chapecó/SC e lá se implantou a primeira filial da Cooperalfa

falava muito, a... mas porque cooperativa é bom, isso aquilo, mas não muito aquela filosofia do sistema, do que se propõe, das origens do próprio sistema, então o trabalho do comitês, dessa organização do quadro social, era nós levar uma mensagem para o associado para que ele pudesse ver que a cooperativa era diferente do que uma casa comercial qualquer. [...] as pessoas iam gostar da entidade ou trabalhar com ela na medida em que eles conhecessem mais essa, afinal o que se podia conseguir através da cooperativa (Agrônomo).

Quer dizer, não bastava que se tivesse questões técnicas e comerciais bem encaminhadas. Numa região onde o cooperativismo ainda lutava contra as desconfianças, a educação passou a ser vista como primordial para que a cooperativa pudesse crescer e se consolidar na sua proposta, que era originalmente garantir ao associado a comercialização da produção, a assistência técnica, o fornecimento de insumos agrícolas, mantimentos alimentícios e ferragens em geral. Mas apenas isto não bastava, como percebemos na fala anterior: era preciso que o associado conhecesse a filosofia cooperativista e a estrutura da entidade. Sem esse conhecimento, era difícil para o agricultor ter a compreensão de que a cooperativa era sua, e por ela tinha que trabalhar. Por isso também da implantação do trabalho de comunicação e educação, além de outros fatores que adiante citaremos, não colocados tão a claro na época.

2.2 A criação do Setor de Educação

Comunicador para o presidente da Alfa: Porque que eu devo trabalhar na Cooperalfa? O que você espera de mim? Presidente: Exatamente para que o agricultor seja mais fiel, mais entregador do produto, mais participante, venha mais nas assembleias, não crie tantas incomodações. Para o comunicador, as assembleias ficavam lá perdendo horas ou minutos preciosos tentando responder perguntas de gente que atravessava a ordem do dia. E isso incomoda qualquer dirigente empresarial. Se tiver uma assembleia que tem que acontecer normalmente em três horas, era o tempo que se dava para um assembleia geral, aí você tem o balanço para apresentar, tem o relatório, você tem um monte de coisas para aprovar, tem que mexer no estatuto, é uma coisa imensa para resolver, aí tem um cara levantado lá dizendo assim, pois é, mas eu...ele não está discutindo aquilo que está na ordem do dia. Ele está achando um assunto lá não sei da onde. Isso incomodava, ele queria uma maneira de que isso evitasse de ser desta maneira. Para que o agricultor tivesse maior informação e de certa maneira parasse de incomodar. Era uma maneira de tornar esse cara um partícipe informado e não um reclamão.

Importante lembrar que uma das principais fontes desse trabalho foram as entrevistas com o responsável pelo setor de comunicação e educação e o responsável pelo setor técnico da Cooperalfa. Setor de educação que foi criado em 1977/1978 e o técnico que já realizava o trabalho de orientação há alguns anos. Setores que trabalharam juntos para alcançar o objetivo de formar um novo perfil de associado, mais fiel a cooperativa, mais produtivo e preparado para um novo modelo agrícola que as políticas governamentais almejavam. Como os materiais textuais que encontramos não foram muitos, os depoimentos foram primordiais para entender o trabalho que ambos realizaram. É claro que depoimentos de outros integrantes desses departamentos e também líderes e associados seriam de fundamental importância para melhor compreensão do todo, mas, nesse trabalho, optamos apenas pela visão dos coordenadores, e no trabalho que segue no mestrado, esses outros sujeitos serão ouvidos. Usamos também recortes de depoimentos realizados anteriormente para outro trabalho sobre a Cooperalfa, que foram, na verdade, os inspiradores desse novo trabalho.

Não podemos deixar de pontuar que o trabalho com memória é sempre um trabalho cuidadoso.

É importante lembrar que todo trabalho com história oral é um trabalho com a memória, pois, como ressaltamos anteriormente, o indivíduo é aquilo que sua memória comporta guardar, seja como lembrança do que viveu ou como desejo sobre o que ainda não viveu. Além disso, quando pedimos que o depoente recorde fatos pretéritos, em geral, o passado apresenta-se como um tempo melhor que o presente” (RIOS, 2000, p.20).

Ficou bastante perceptível essa noção de passado saudosista por parte do comunicador e do agrônomo, onde o trabalho realizado, segundo eles, alcançou um sucesso inestimável, num tempo onde educação e comunicação eram uma grande dificuldade nas cidades longe dos centros urbanos.

Lembrando com orgulho do sucesso que teve a festa de 10 anos da Cooperalfa em 1977, o comunicador lembra que Aury Bodanese o chamou para realizar também o trabalho de educação cooperativa, que ele havia conhecido visitando outras cooperativas, objetivando complementar o trabalho de assistência técnica e melhorar a fidelidade do associado. O responsável pela organização da festa foi convidado para continuar trabalhando na cooperativa, fazendo esse trabalho de comunicação com o associado. Como já tinha um trabalho conhecido como jornalista e comunicador, o seu trabalho de contato

com associados e funcionários durante e organização das festividades do decênio da cooperativa chamou a atenção do então presidente. Então foi convidado para ficar e, segundo ele,

[...] minha função era exatamente reforçar o departamento técnico que a cooperativa já tinha, e esse departamento estava sendo conduzido pelo Eloi Frazon. Entrei na equipe, fiquei umas semanas me orientando, organizando, descobrindo, aprendendo, e iniciamos um trabalho de campo, destinado a conquistar a confiança do agricultor associado. Era um momento difícil para a cooperativa porque ela ainda não estava completamente consolidada como hoje está né, o agricultor tinha desconfianças, ele não era fiel, havia o intermediário que atuava nesse campo e concorria com a cooperativa, e muitas vezes até quem sabe com vantagens para o agricultor, e nós precisávamos obter dele o seu aval, a sua confiança, para que a cooperativa pudesse continuar investindo, melhorar os serviços.

Figura 03: Slides usados para falar sobre a ação de comerciantes que oferecem a compra de produtos com o mesmo preço da cooperativa e prometem não descontar os impostos



Acervo: Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito

Conforme notamos no depoimento e na imagem, uma das preocupações que a cooperativa tinha era com a ação dos comerciantes, que prometiam vantagens imediatas muitas vezes melhores que a cooperativa, principalmente no quesito preço e não pagamento de imposto. Para o agrônomo responsável do departamento técnico, as reuniões e treinamentos eram de suma importância para mostrar aos associados sobre as diferenças entre casa comercial e a cooperativa, e que nem sempre vantagens imediatas seriam as melhores opções, além de ressaltarem que comerciante não oferecia assistência técnica

gratuita como a cooperativa disponibilizava. Um trabalho educativo que não se realizava nos primeiros anos da cooperativa e que foi ganhando corpo com a criação do setor de comunicação.

No começo nós fazíamos as reuniões, a cooperativa tá assim, tá assado, íamos lá, falava de mercado, falava disso, daquilo, dos produtos, das mercadorias, mas a questão cooperativa não tinha conhecimento, não falava muito...mas porque cooperativa é bom, isso aquilo, mas não muito aquela filosofia do sistema, do que se propõe, das origens do próprio sistema, então o trabalho do comitês, dessa organização do quadro social, da comunicação, era nós levar uma mensagem para o associado para que ele pudesse ver que a cooperativa era diferente do que uma casa comercial qualquer. E sim que tinha uma bagagem muito grande e as pessoas iam gostar da entidade ou trabalhar com ela na medida em que eles conhecessem mais (Agrônomo).

O que eles buscavam ressaltar nas reuniões era que essas vantagens que os outros ofereciam nem sempre eram vantagens, pois o comerciante não lhe oferecia a semente e o adubo para pagar na safra, não oferecia assistência técnica, veterinário, cursos, e principalmente, buscava-se conscientizar o associado de que ele era o dono da cooperativa, que se ele vendesse para o concorrente, no caso o comerciante, ele estaria ajudando a destruir uma coisa que não era do presidente, nem da diretoria, era sua; como podemos notar nas imagens a seguir.

Figura 04: Slides usados para fazer orientação sobre fidelidade cooperativa



O associado “traidor” que vende a produção para o comerciante...

...acaba destruindo o que é dele mesmo.

Algumas semanas se organizando e visitando outras cooperativas foram primordiais para a execução do trabalho, pois efetivamente, o responsável pelo departamento não tinha experiência com o trabalho de educação cooperativa. Para tanto, teve que descobrir bibliografias da área, conhecer a estrutura da cooperativa, conversar muito com o presidente para perceber suas expectativas e falar com associados sobre suas angústias, suas dificuldades, suas necessidades.

Um problema que já vinha sendo percebido pela administração da Cooperalfa, é que a medida que a cooperativa crescia economicamente, diminuía a participação do associado. Mas isso não era uma dificuldade exclusivamente da Alfa. Quando Schneider fala dos problemas que a Cotrijuí teve no Rio Grande do Sul nas décadas de 1970 e 1980, as dificuldades eram iguais, e a busca da solução também.

Os novos problemas gerados com o crescimento da organização resultaram numa diminuição da identificação e do compromisso do associado com sua cooperativa. Surgia um número crescente de associados cada vez mais alheios a sua organização que percebiam não mais lhes pertencer. Foi então em plena crise de identidade do quadro social, que se desencadeou o trabalho de comunicação e de educação cooperativa e a nucleação do quadro social, para, através desta articulação de caráter local e pequeno, tentar resgatar sua participação (1999, p. 293).

Ainda que organizar o quadro social e ter como princípio a educação motivadora fossem objetivos centrais, o Setor de Comunicação e Educação da Cooperalfa, na pessoa de seu organizador, objetivava também a [...] participação na decisões do conselho de administração, colaborar com as assembléias gerais, estender a questão das decisões a um número maior de cabeças,” [...] ao contrário do acontecia na maioria das cooperativas, “[...] onde [...] sete ou nove, eu não me lembro do número que era os membros do conselho”²⁰, eram os que tomavam as decisões.

Uma das dificuldades de grande parte das cooperativas de meados do século XX até o final dos anos 1980 era justamente essa centralização de poder de suas diretorias, uma quase “ditadura” de decisões que eram tomadas e informadas aos associados, sem uma ampla consulta a eles, orientado também por regime nacional de ditadura que predominou nesse período. E a década de 1980, mesmo sendo um período de abertura democrática,

²⁰ Comunicador

apresentava dentro da cooperativa fortes resquícios desse sistema, onde o presidente era o que tinha o poder. Para o comunicador, um dos desafios era a descentralização do poder.

No começo eu tive alguma dificuldade, porque eu acho que a gente pode perfeitamente ter uma visão de que as cooperativas tinham um sistema centralizado. Hierarquizado, centralizado, piramidal, em que o presidente era o rei. Os conselheiros participavam relativamente, mas o grande comando, o grande direcionamento que se dava para a cooperativa partia da cabeça do presidente, que era o líder maior, e mais ainda da Alfa, que tinham um Aury Bodanese, homem de tremenda inteligência, e de muita liderança (2012).

Descentralizar as decisões, dar mais voz aos associados, abrir os números para que eles pudessem acompanhar o andamento da cooperativa eram ações que não agradavam muito a direção, pois poderia dar vez a formação de novas lideranças ou oposições políticas. O presidente, que já estava no poder há dez anos, era visto por muitos como insubstituível, mas, como era uma pessoa muito envolvida com a política, acabava gerando inimigos políticos que também desejavam estar no poder da Cooperalfa, tanto pessoas de dentro da cooperativa quanto de fora. Segundo o comunicador, ele foi alertado sobre os efeitos dessa abertura de poder, mas, na sua opinião,

A grandeza desse homem, mais uma vez, fez com que ele não fosse engolido e pudesse contar com a batuta dele, que era um grande administrador, mas tinha o seu jeitão de levar as coisas. Quando nós dissemos para ele que agora era preciso democratizar, e se essa democratização custar tua cabeça, você vai ter que apostar. Porque esta cabeça pode cair com ou sem a democratização que estamos propondo. Ele disse: pode tocar em frente, que se eu não for mais o presidente, eu quero que a cooperativa vá para frente (Comunicador, 2012).

Como vimos no depoimento acima, segundo o comunicador, mesmo sabendo que o trabalho de comunicação poderia reforçar a possibilidade de perder a presidência, ele achou que fazer esse trabalho de fidelização poderia ajudá-lo mais do que ameaçá-lo. E a criação dos comitês educativos foi uma das ações do setor. “O objetivo do comitê dentro do espírito do legislador era cativar, era motivar, era fidelizar”, diz o comunicador. Mas eles não eram muito conhecidos nas cooperativas “[...] o comitê era uma coisa que naquele momento se falava a nível de OCB²¹. Havia dentro da lei das cooperativas um dispositivo que meio que recomendava que as cooperativas possuíssem um comitê educativo”,

²¹ Organização das Cooperativas Brasileiras.

complementa. Por isso também, além da consulta bibliográfica, essa busca de experiências em outras cooperativas como conhecimento a ser aplicado na Alfa.

Mesmo com essa desconfiança com os possíveis resultados do trabalho, os comitês foram instituídos e foram se espalhando pela área de abrangência da cooperativa.

[...] a medida que o comitê começou a trabalhar, e os resultados foram excelentes, esta desconfiança na participação, na possibilidade de os comitês virem a incomodar ou causar transtorno, a direção esmaeceu e formamos naquela oportunidade, eu acho, perto de quinhentos núcleos de comitê. Tivemos que fazer uma nova ginástica porque era impossível trabalhar com quinhentas pessoas em reuniões periódicas, criamos os comitês regionais. Então lá no município tal nós tinha os vinte ou trinta comitezinho, lá elegiam um ou dois representantes, três ou quatro, dependia da circunstância, era até talvez o aproveitamento de lideranças, o boa cabeça, o bom líder, o cara que teria alguma coisa a contribuir, que não ficasse de forra desse processo. Então esses comitês regionais é que vinham para a matriz duas vezes por ano, três vezes por ano, fazer grandes rodadas de deliberações e estabelecer até a estratégia da cooperativa. Então isto é o sentido básico que se deu naquela oportunidade, e funcionou, tanto que a primeira eleição de diretoria, de conselho de administração a partir da formação dos comitês, a chapa foi elaborada pelos comitês. Um salto inexplicável para uma tradição que eu encontrei dentro da cooperativa [...] em que o conselho de administração era uma montagem de escolha pessoal do presidente.

A formação de lideranças era um dos principais objetivos dos comitês, lideranças que pudessem representar suas localidades nas reuniões da cooperativa e levar as informações aos demais associados. Perguntado sobre o que era considerada a cabeça boa, o comunicador nos deu a seguinte resposta

Primeiro lugar abertura para discutir, estar dentro de uma reunião contribuindo, até muitas vezes cobrando, porque de certa maneira não dá para esconder essa estratégia, a cooperativa achava que o associado rebelde era o associado mal informado, e que se confirmou depois que sim, aqueles associados que realmente batiam muito o pé nas assembléias ou nas reuniões setoriais, era o cara que não tinha informações suficientes para formar uma opinião, ele como que estivesse cobrando uma coisa que na verdade já existia e ele não tinha essa informação.

Além do que vimos no depoimento acima, ficou evidente também em alguns momentos que “amansar” esse associado era também um dos objetivos, moldá-lo aos interesses e ao discurso da cooperativa, para que ele depois fizesse o trabalho com o restante dos associados. Vejamos o que diz o comunicador sobre essa preparação de lideranças.

Quando esse associado, até por uma certa liderança que ele exercia nessa sua participação, de maior cobrança, ele era escolhido pelos seus iguais como um líder de nível maior que outro líder que era só na comunidade, ele participava das decisões vindas, ele vinha para a central com as despesas pagas, ele sentava na reunião no auditório da cooperativa junto com todos os membros da diretoria, com toda assessoria da cooperativa, isso era um diferencial para ele, isso passou a ser para ele uma situação dignificante, poxa, eu estou aqui, eu estou participando, eu estou tomando as decisões, se eu disser não vai ser não, se eu disser sim vai ser sim, mudou tudo, mudou tudo. Esse cara ao invés de fazer o que ele vinha fazendo que era detonando a cooperativa, ele passou a fazer o outro papel, o de levar para o outro que não tinha vindo na reunião, até por um certo orgulho pessoal, fui lá, participei, decidimos, ficou decidido isso, mais isso, mais isso, isso tornou a coisa muito mais fácil para administrar a cooperativa [...]

Na opinião dos responsáveis, o trabalho que a equipe de educação e comunicação responsável realizou mostrou muitos resultados positivos, principalmente no que tange ao aumento no número de associados, na conscientização da importância da participação do associado na cooperativa e na formação de lideranças nas comunidades. Algumas pessoas inclusive acreditam que a oferta de um trabalho para o comunicador chefe em Florianópolis, depois de seis anos de trabalho, acabou sendo de escolha do presidente da Cooperalfa, que era muito influente politicamente, e estava com medo do carisma do comunicador/educador ameaçar sua presidência. Mas os conflitos políticos e as resistências são assuntos que ficarão para uma futura pesquisa.

2.3 Público alvo e material didático

O foco era o sócio desmotivado, receoso, infiel, reclamante, sujeito a votar contra a diretoria se insuflado pela oposição ao modelo capitalista (os pregadores que assistiam às comunidades eclesiais de base apregoavam que aquelas cooperativas eram braços do sistema capitalista destinados a escravizar os trabalhadores). Na Alfa não se pode falar em jovens, pois a única ação específica para jovens naquela época era um convênio com os Clubes 4S, via Acaresc. Mas, repito e confesso: a cooperativa não captou esta possibilidade e não contra atacou com programas para jovens. Preferiu ganhar primeiro o sócio que estava fugindo pelo vão dos dedos por falta de informação. Programa para jovens veio mais tarde, depois do programa da mulher (Comunicador).

Figura 05: Uma das seqüências de slides usada para educação cooperativista



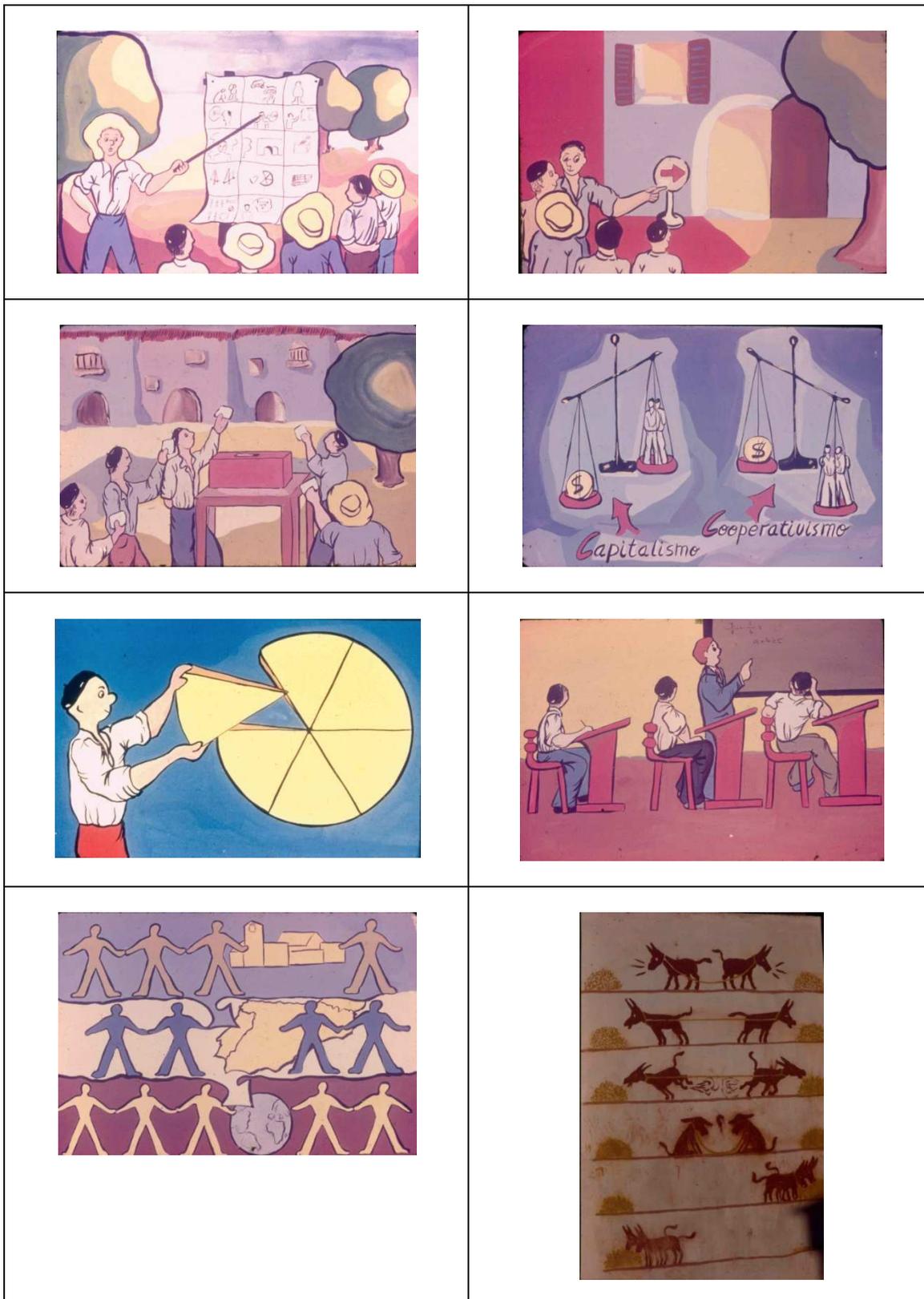


Figura 06: Responsável pelo setor técnico em palestra sobre cooperativismo para os associados, utilizando o que eles chamavam de álbum seriado.



Acervo: Centro de Memória Alfa/Maxicrédito

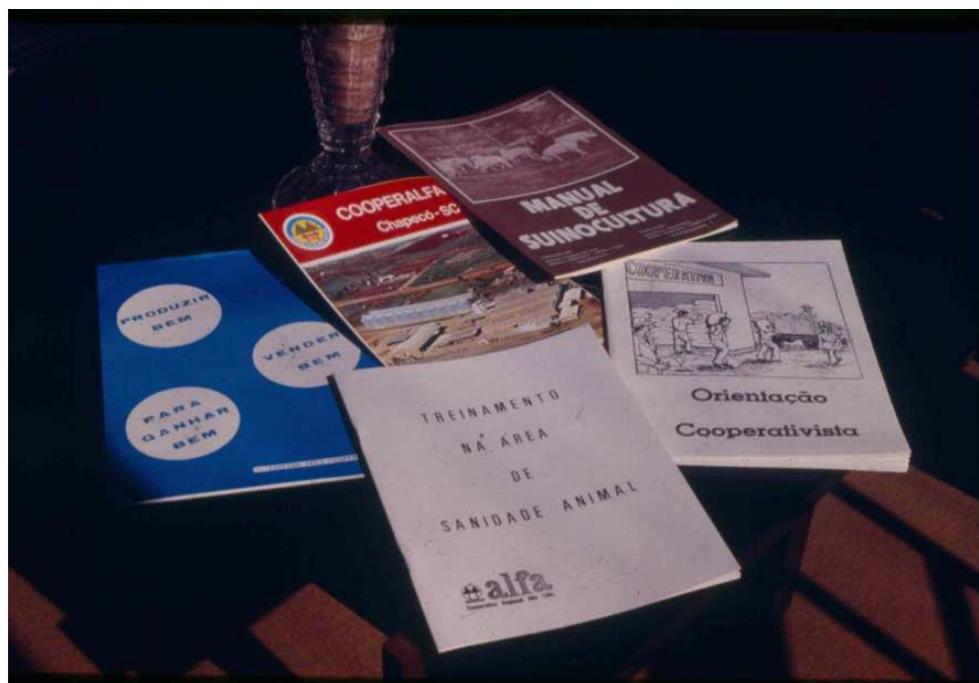
Mesmo que alguns apontem a educação cooperativa como civilizatória e alienante, no caso da Cooperalfa, podemos perceber na fala de um dos administradores que ele via nesse trabalho uma maneira de tirar a população rural da ignorância. Um trabalho visto de maneira positiva

[...] tínhamos os veterinários que iam na casa do colono, ensinavam eles a trabalhar, tinha os engenheiros agrônomos. Ensinavam até as mulheres dos agricultores a cozinhar, porque na colônia era meio assim, tipo índio, o pessoal que morava no interior era um povo mais atrasado, as esposas dos agricultores não sabiam nem cozinhar, faziam comida, mas não era comestível, mas eles estavam acostumados. Na época nós vendíamos mais ou menos 200 fogões a lenha por mês, a maioria tinha os fogões de tijolo com chapa em cima, então melhorou a vida do agricultor uma enormidade, com o cooperativismo. A gente fazia reuniões com os agricultores, com esposas, filhos, filhas. Nós ensinávamos para as mulheres, muitos homens recebiam o cheque da cooperativa e iam descontar o cheque no Banco depois iam para a zona, ficavam dois a três dias fazendo festa, e quando chegavam em casa não tinham mais dinheiro. Isso era normal, o colono quando sai de lá ficava louco na cidade, até isso nós tivemos que dar uma lição para toda a turma. Os

agricultores progrediram mais ou menos duas gerações (SERRANO, 2008).

Podemos notar que para o entrevistado, os associados se comportavam e viviam em condições não aceitáveis para um modelo de desenvolvimento que se buscava implantar. Vale lembrar que entrava em questão também a dicotomia rural atrasado X urbano moderno-civilizado. E a cooperativa, como instrumento do estado para levar ao campo essa modernização, cumpriria seu papel através dos programas educativos, de saúde, de culinária e de distribuição de terras. Mas o esforço principal se concentrou no trabalho com os comitês educativos, que objetivavam formar líderes em cada comunidade; líderes esses que seriam braços direitos da direção na busca da fidelidade cooperativa. Para Gebler e Oliveira Filho²² “O objetivo fundamental dos Comitês é o de ser um órgão assessorio da direção da Cooperativa, sendo um elo permanente de ligação entre a cúpula e as bases da empresa cooperativista”.

Figura 07: Cartilhas usadas nos comitês educativos.



Acervo: Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito.

22 Cartilha sem data de publicação.

Em quase todos os materiais que a Alfa usou nos treinamentos para os comitês educativos, usava-se esse discurso, o de que os líderes seriam a ponte entre associado e diretoria. Isso fica evidente numa reportagem elaborada pela unidade de comunicação da Cooperalfa para o Jornal da Produção de julho de 1978, baseada na ata do Conselho de Posto²³ de Nova Erechim²⁴, com o seguinte título “Conselho de Posto: o associado mais perto da cooperativa”. Essa unidade, que fazia parte do Departamento de Comunicação e Educação, explicava o seguinte sobre seu trabalho e suas ferramentas:

“Desde os primeiros dias de maio, a UNICOM – Unidade de Comunicação – daquela Cooperativa vem se reunindo com associados da entidade, em todas as comunidades do interior de sua área de ação. Acompanham a UNICOM, um engenheiro agrônomo que profere uma palestra com base num “álbum seriado”, sobre educação cooperativista, são projetados dois audiovisuais (um a respeito da Cooperalfa e sua atuação para esclarecimento dos associados e um sobre motivação cooperativista) e um membro da administração da cooperativa discute com associados presentes os problemas porventura existentes que envolvam interesses dos cooperativados e da cooperativa (Jornal da Produção, julho de 1978, p. 11).

Um dos materiais usados em um seminário denominado “Reflexão, estudo, sugestão: problemas na terra”, realizado com os associado da Cooperalfa, encontramos um subtítulo chamado “*Conscientização x Ignorância*”, onde os autores²⁵ do mesmo colocam o seguinte:

Essa falta de consciência, essa ignorância impede o agricultor de fazer sua própria história. Ele passa a ser a vítima da história. Para acabar com isso, mesmo que leve algum tempo, estamos propondo uma reflexão, um estudo mais profundo e a criação de um processo de sugestão e de decisão sobre os nossos problemas. Queremos sair dessa posição de expectadores para assumirmos a posição de atores e autores de nosso futuro, de nossa história (grifo dos autores).

A tradicional associação de rural/atrasado/ignorante fica bem clara nessas colocações. Inclusive, muitos dos agricultores acreditavam nesse estereótipo que se fazia deles, apesar de haverem muitos casos também de agricultores que protestavam contra esses rótulos depreciativos.

23 Atualmente com a denominação de Conselho de Líderes.

24 Município localizado a 40 KM de Chapecó, e que possui uma filial da Cooperalfa.

25 Esse material não tem autoria.

Como detentores do conhecimento, das técnicas da ciência e da educação, os comunicadores e técnicos enfatizam a necessidade de superar hábitos “ultrapassados”, ainda citando o material usado no seminário

Diz um velho ditado que “o hábito do cachimbo faz a boca torta”. Os nossos produtores rurais, ao longo dos anos, vão adquirindo hábitos e costumes que por vezes se colocam frontalmente contra a evolução de nossos dias. Hábitos e costumes que no passado a gente mantinha, hoje precisam ser reformados, porque os tempos são outros, a humanidade caminha rápido demais por direções e caminhos que podem ser perigosos.

No discurso da assistência técnica e dos comitês educativos, podemos perceber algo que Mendonça cita em relação ao poder que poderia exercer o conhecimento sobre o indivíduo e sobre sua vida. “Em matéria de educação rural, o progresso constituía-se numa promessa para todos, porém num privilégio de muito poucos, além de subordinados aos ditames da ordem” (MENDONÇA, 1998, p.34). Podemos perceber claramente nas falas anteriormente citadas de Schneider, líder associado, que a possibilidade de progresso como agricultor era relacionada ao saber que a Cooperalfa oferecia através de seus técnicos. O programa educativo estava “[...] revestido por um caráter “pedagógico” e “civilizatório” das ditas massas rurais, ignorantes e inertes” (MENDONÇA, 1998, p.29). Mendonça também cita falas de Luz Filho e Brito²⁶, que defendem o cooperativismo como forma de fortalecimento do pequeno produtor rural, muitas vezes sujeito a ação de comerciantes e atravessadores oportunistas. Quando Mendonça fala sobre cooperativismo e modernização, seus estudos mostraram que alguns agrônomos no início do século XX defendiam que o cooperativismo,

[...] voltava-se para o combate à ignorância, apatia e miséria do homem rural brasileiro, através da agremiação, numa só entidade, de diferentes profissionais rurais ligados a um mesmo ramo de atividades, fossem eles empregados ou empregadores. Por isso, a cooperativa era apresentada como capaz de por fim às desigualdades e injustiças sociais vigentes no campo, sobretudo pelo fortalecimento do pequeno produtor, marginalizado do acesso a propriedade e, por isso mesmo, carente de recursos de toda ordem: “Este desejo de possuir a terra que com seu esforço fecunda, é o desejo que inflama a alma de todos os pobres párias que moirejam em nossos vastos campos, sem terras [...]. Essa é a situação do trabalhador rural no Brasil (MENDONÇA, 1998, p.45).

26 Luz Filho, 1931 e Brito, 1917.

Figura 08: A cooperativa tinha convênios com os Clubes 4S da região, para expandir as ideias cooperativistas. Na imagem, da esquerda para direita, responsável do Departamento de Comunicação e Educação (primeiro) presidente da Cooperalfa (décimo) e membros do Clube 4S de uma localidade em reunião.



Acervo: Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito

As pesquisas nos mostraram que no primeiro momento do programa, os administradores da Cooperalfa acharam ser mais importante trabalhar com melhoria de produtividade, difusão de adubos químicos e sementes híbridas na área técnica. Para atender as exigências das agroindústrias, era necessário que o agricultor se adequasse ao novo modelo produtivo. Esclarecimentos e incentivos voltados à preservação de fontes, riachos e rios, apesar de se fazerem presentes na orientação técnica, entraram em pauta intensivamente somente no final da década de 1980, quando plantio direto, adubação verde, curvas de nível, reflorestamento e proteção de encostas ganharam uma amplitude, apesar de já se fazerem presentes moderadamente nas falas de orientação técnica do início da década de 1980. Com as secas, o invariável excesso de chuva e a falta de políticas governamentais agrícolas que foram características constantes na chamada década perdida, a Cooperalfa direcionou sua atuação no sentido de diminuir a migração para o campo e amenizar a pobreza e ‘ignorância’ do produtor rural. Já no que se refere à educação, que intensificou o trabalho a partir do segundo ano da criação do departamento, se pautou na

orientação sobre cooperativismo, conscientização dos deveres e direitos na cooperativa e no incentivo a fidelidade e consciência cooperativa. Se esse trabalho foi postergado por acreditarem que o retorno financeiro seria menor, na verdade, os resultados do mesmo foram primordiais para a expansão e melhoria econômica da cooperativa, e segundo o comunicador, sem ele, a cooperativa poderia facilmente ter quebrado. E a didática usada pela equipe foi fundamental para alcançar os objetivos propostos

Os métodos e ferramentas usados para fazer a orientação técnica e a educação cooperativa precisavam ser bem dinâmicos, de linguagem simples. A escolaridade era baixa. Para o comunicador, esse dado influenciou muito na escolha das metodologias e da linguagem a ser usada nos treinamentos e nas reuniões.

A imensa maioria, 95% dos agricultores, dá para dizer, não tinham nem mesmo o primário. Isso era um componente complicador, você era obrigada a usar uma linguagem não rebuscada, coisa mais simples para ele poder entender e decodificar o que é que você estava dizendo para ele. Havia a necessidade de nós dizermos devagar, nós não usar palavras complicadoras, nem um tipo de gírias ou chavões que se usa hoje. Absolutamente não tinha como fazer isso.

Questionado sobre a eficácia do projeto e das metodologias que usavam, o responsável do setor acredita que sim, inclusive durante o depoimento, exprime um sorriso enorme de satisfação ao falar sobre o retorno que tiveram desse trabalho

Acho que nos comunicávamos sim porque o resultado disso era mensurável. Mensurado no movimento da cooperativa, nas expressões dos agricultores dentro da reunião. Muitas vezes a gente falava uns minutos e alguém levantava a mão: eu não entendi. É uma maneira então da gente refazer a maneira de falar. [...] Todo o esforço que se fazia aí era nesse sentido. Passamos a adotar o modelo do flip charp, o modelo do retroprojeter, passamos a adotar o modelo do projetor de slides, eu cheguei a fazer cinema, nós tínhamos uma fita, chamada Super, que passava para os agricultores [...]

Numa região onde um dos poucos meios de comunicação era o rádio, em que a televisão era rara, as fotos eram quase todas em preto e branco, imagens coloridas e projeções com música eram absoluto sucesso, conforme descreve o comunicador sobre o uso da fita citada anteriormente

Essa fita basicamente era a história da cooperativa, o que é que a cooperativa esperava dele, o que é que era o comitê educativo, como é que se participa, passava como cinema, veja, havia comunidades que não havia energia elétrica, nós compramos um motorzinho gerador, levava

um motorzinho junto, botava ele lá uns 30 metros do salão, um fiozinho trazendo energia para poder fazer funcionar um projetor de cinema. E era sucesso total, porque pessoas que não conheciam, que não tinham televisão, que nunca tinham entrado numa sala de cinema, viam imagens em movimento pela primeira vez, imagens projetadas [...]

Além dos slides, vídeos, reuniões, treinamentos, outra ferramenta importante para o sucesso do trabalho da comunicação e do setor técnico foi o rádio. Em localidades onde o transporte terrestre era quase impossível, onde não havia escolas, onde a TV ainda era um sonho da maioria, o rádio era uma das poucas fontes de informações dos associados.

O rádio foi uma vitória construída no peito e na raça. Num momento em que a gente tinha plena certeza de que as *radiozinhas* da região eram grandemente ouvidas, principalmente muito cedo, nas primeiras horas da luz e ao meio dia. Ao meio dia o agricultor dá uma paradinha, eles param para almoçar e aí o *radiozinho* fica ligado lá e nós tínhamos certeza de que nesses horários a audiência seria boa, o que de fato foi. Compramos das emissoras um pequeno espaço, 10 minutos, de preferência entre doze e uma da tarde [...] escrevíamos e mandávamos os boletins até o locutor da hora, ele pegava o papel e lia [...] o programa tinha níveis absurdos de audiência, coisa de 80% dos agricultores estavam sintonizados.

Como o tempo não era tão longo, e os temas a serem abordados eram muitos, priorizaram-se então algumas informações a serem repassadas, principalmente em relação a preços e a agendamento de reuniões. Perguntamos ao comunicador o que se tornou prioridade ao iniciar os programas de rádio e ele nos respondeu o seguinte

Primeira e mais importante: o preço do dia. Isso funcionava de uma maneira a deixar o agricultor informado de que um saco de feijão naquele dia estava custando X, para que ele não fosse abobalhado de vender para o intermediário abaixo desse valor. Então os intermediários que estavam operando na concorrência da cooperativa quisessem adquirir esse produto teriam que no mínimo chegar ao mesmo valor. E aí vinha, oh, vai ter a reunião quarta feira, as oito da noite no salão da igreja, aí havia informações sobre o programa de saúde, ah, nem me lembro mais quantos itens nós colocávamos nesses informativos, preenchia ali seus cinco, sete minutos de conversa.

Mas não bastava escolher bem os materiais e as linguagens a serem utilizadas. A escolha das pessoas para trabalhar também seguia alguns critérios, mesmo que não se exigisse uma formação específica. Se comunicar bem e ter uma “identidade” agrícola eram alguns dos quesitos para trabalhar no Departamento de Comunicação e Educação.

[...] mais importante desses critérios era de que essa criatura fosse bem recebida pelo associado. Ele tinha que estar carimbado por uma cultura vinda do interior, do rural. Jamais poderíamos colocar diante dos agricultores alguém, muito urbano, muito cosmopolita, para fazer essa interação, porque o agricultor ia botar o pé atrás [...] não havia uma exigência curricular, tem que ser sociólogo, tem que ser técnico agrícola, tem que ser..., não. Tem que ter alguma coisa de empatia com o agricultor e algum caldo cultural correspondente para fazer esse trabalho [...]

E a maioria dessas pessoas eram escolhas do presidente, pessoas conhecidas, de sua confiança ou até muitas vezes pedido de associados para algum filho, algum conhecido. Ser de boa índole, ter referências positivas e ser conhecido de alguém de confiança do presidente contava muito na hora da contratação. Esclarecendo que, mesmo sendo muitas escolhas pessoais, as pesquisas indicam que o presidente nunca colocou ninguém apenas por camaradagem, acreditar e ver sua competência profissional era fundamental para dar uma chance a alguém ou mantê-la na cooperativa.

Pessoas que falassem a língua da cooperativa, dos associados e o uso de material didático entendível a todos foram fatores primordiais para que os programas, tantos técnicos quanto educativos, tivessem resultados. Mesmo que não houvesse critérios rigorosos na seleção de pessoas e escolha de temas a serem abordados, ser aceito pelos associados e estar preparado para todos os tipos de questionamentos, dúvidas, reclamações era fundamental para permanecer no quadro funcional da Cooperalfa. E como já mencionamos anteriormente, os resultados foram mensuráveis, em vários aspectos, como podemos ver a seguir.

2.4 Resultados

[...] ela cresceu, ela saiu de 5 mil e poucos associados para 12 mil associados em questão de três, quatro anos, uma virada (Comunicador).

Levar o agricultor para as salas de decisão e ele dizer ao diretor da cooperativa o que é que ele quer..e foi assim que o comitê educativo ganhou uma amplitude espetacular (Comunicador).

Estruturamos uma forma de poder em que o agricultor sabia que seria consultado. Acabou-se o poder anterior que fazia uma assembleia e meio que enfiava 'guella' abaixo (Comunicador).

Os resultados do trabalho do setor de comunicação e educação do período que esta pesquisa abrange são até hoje comentados e usados como referência de muitos projetos que a cooperativa desenvolve. Dentro da Cooperalfa, os trabalhos de educação cooperativa e orientação técnica são vistos como um dos fatores de sobrevivência da cooperativa e também dos associados na década de 1980, onde uma enxurrada de problemas climáticos, políticos e econômicos afetou o setor agrícola no Brasil e em Santa Catarina. Os números mostram bem isso: em 1977, ao completar 10 anos, a cooperativa tinha 5274 associados e 24 postos de atendimento; cinco anos depois, contava com quase 12 mil associados e 34 postos. Em 1987, a Cooperalfa contava com 14.058 associados e 1.275 funcionários e 56 pontos de atendimento, distribuídos em 12 municípios (Livreto "Cooperalfa 20 anos", 1987).

Além das questões acima citadas, a abertura democrática brasileira afetava também a Cooperativa. Segundo consta no depoimento do comunicador, se não houvesse a sensatez de realizar o trabalho de comunicação e educação com os associados, talvez a cooperativa não tivesse sobrevivido as mudanças do período. Quando chegou para trabalhar na cooperativa, a falta de democracia não era apenas em nível de estado, havia também

[...] no modo que a direção da cooperativa conduzia as decisões: de maneira pouco democrática. A gente tinha certeza que naquele modelo dos primeiros 10 anos, ela estava condenada a sofrer um revés. Esse revés seria assim: a luta pela democratização do Brasil levaria a cooperativa a reboque. O Aury seria engolido por uma oposição, qualquer um daqueles oponentes se tivesse um pouco de recurso financeiro para fazer uma campanha através do rádio, através de qualquer outro tipo de mídia para chegar no agricultor, ainda a igreja ajudaria, tenho certeza, assim como ela ajudou o PT, ajudaria uma oposição a Alfa, o Aury seria engolido (Comunicador).

Para o comunicador, esta foi uma das primeiras e principais mudanças que aconteceram na cooperativa: antes de implementar programas, mudar o modelo de gestão, dar voz ao associado. Já para o responsável do setor técnico, a principal mudança para o associado

Foi o desenvolvimento [...] porque num passado não muito longo, o pessoal produzia e não tinha para quem vender [...] Então a cooperativa foi um canal onde o pessoal poderia produzir que a cooperativa ia arrumar mercado para o produtor [...] Então esse foi o ponto fundamental, ter as condições para o pessoal produzir e sobreviver e fazer o seu progresso, então aí que começou aquele pessoal mais inovador, mais decidido, mais investidor a formar os seus patrimônios. Se não tivesse o sistema cooperativo aqui, de repente o desenvolvimento seria muito mais demorado. Então isso é um ponto positivo que as cooperativas trouxeram para a região, não só a Alfa. [...] Então deu condições para as pessoas continuarem produzindo, melhorando a produção, porque tinham certeza que iam ter onde colocar seu produto.

O trabalho de orientação técnica e cooperativa foi de grande destaque tanto para associados quanto para os administradores da cooperativa, que viam os reflexos disso no movimento da cooperativa, na melhoria da qualidade de vida do agricultor. Sobre esse trabalho, um dos fundadores da cooperativa diz o seguinte

Nós tínhamos gente que iam na casa dos agricultores, que ensinavam eles a organizar a propriedade, pois em muitos lugares estava tudo jogado de qualquer jeito. Eles aprenderam a trabalhar e isso era importante, hoje o filho de agricultor sabe fazer tudo. A cooperativa ajudou muito essa gente. Nós começamos a embutir na cabeça deles que eles eram donos, isso nós falava em tudo que é reunião, nós dizia, aqui é a casa de vocês, podem conversar e pedir o que quiserem, os empregados na verdade eram deles, tinha liberdade para entrar no armazém, onde quisessem. Abrimos os olhos da turma (BALDISSERA, 2008)

O responsável do setor de comunicação constatou outras mudanças que este trabalho provocou na vida dos associados. Mudanças que estavam indiretamente relacionados a melhoria de fatores produtivos e econômicos. Para ele, a mudança

[...] foi um conjunto de coisas. O agricultor passou a ter informação, ele deixou de ser um joguete na mão dos exploradores, acho que até politicamente eles cresceram, começaram a exigir mais do seu prefeito, do seu vereador. [...] O que é que isso teria como manchete se fosse fazer uma notícia: cidadania. Foi o que a gente acabou fazendo naquela região, um processo de desenvolvimento do homem, ele saiu das amarras e descobriu que podia ser sujeito na reunião da cooperativa, falar, votar, reclamar, ter o resultado disso no bolso, na conta bancária dele. [...]

Podemos destacar que o trabalho realizado teve como um dos resultados a maior participação de associados, que usaram os comitês como ponte entre eles e a direção, para serem ouvidos nas suas reivindicações, perceptível na fala de Lírio Santo Tacca, registrada na ata de reunião do conselho de posto, também denominada comitê educativo

Eu gostaria de sugerir a distribuição de fichas numeradas para o atendimento dos sócios no balcão do departamento financeiro, em dias de grande movimento. Os sócios mais esclarecidos passam os outros para trás. Tem sócio que fica lá o dia inteiro para ser atendido e ninguém respeita a ordem de chegada (Jornal da Produção, julho de 1978, p.10).

Com registro em ata e incentivados a participar, os agricultores passaram a cobrar maiores investimentos da cooperativa e “criaram coragem” para solicitar melhoria no atendimento ao associado, pois antes disso, como vimos anteriormente, a direção não gostava muito de associados reclamando e solicitando algo nas assembleias. Com a comunicação criada para tal, o momento de reuniões nas comunidades e de encontro dos comitês educativos passou a ser espaço de grandes diálogos e, muitas vezes, discussões calorosas.

Também na edição de julho de 1978, do Jornal da Produção, numa reportagem sobre o trabalho dos conselhos de postos na Cooperalfa, baseada na ata de uma reunião dos mesmos²⁷, o associado e líder Ari Emílio Basso fala sobre um problema apontado, de demora no pagamento da produção. Aí já podemos perceber o efeito da educação cooperativa, onde ele tem consciência do problema, mas tenta amenizá-lo. A tal da modelagem que os comitês educativos faziam com os líderes, de que anteriormente falamos.

Depois que a cooperativa conseguir o financiamento de capital de giro, muita gente vai se amansar. Hoje tem associado que reclama o atraso de até 30 dias para receber o dinheiro da produção entregue e alguns até estão vendendo para os comerciantes. Mas esses são sócios que só pensam no dia de hoje. Eles não se lembram que se um dia a cooperativa desaparecer, vamos cair de novo nas mãos dos intermediários (p. 10).

Mesmo que o associado líder defenda a cooperativa, podemos perceber que para muitos associados, já não bastava mais garantir a compra da produção e oferecer aos associados um “porto seguro” onde poderia comprar quando não tivesse dinheiro e buscar o financiamento para a próxima safra. As pessoas queriam ter o pagamento na hora certa e direito de opinarem mais na cooperativa onde eram as reais donas, como fica evidente na fala de José Mazzeto, na mesma reportagem, no mesmo jornal

Não tenho nada para reclamar. Sempre me atenderam bem, mas tem sócios que não pensam assim e também não dizem. Eles não sabem como

²⁷ Não conseguimos identificar quem escreveu a reportagem, mas deu-nos a impressão de ter sido escrita pela Cooperalfa e encaminhada ao jornal para divulgação dos trabalhos que estavam sendo realizados.

chegar num diretor e reclamar porque tem medo. Por isso eu aconselho que nós que somos conselheiros devemos ajudar esses mais ariscos. Peço aos companheiros que façam isso com os associados de suas comunidades e logo esses acanhados vão ficar mais corajosos de bater o pé quando é preciso e ajudar a cooperativa ficar como a gente gosta (p.10).

Segundo o associado Schneider, a orientação técnica, a introdução do saber agrônômico, foi um dos melhores programas que a cooperativa já realizou para o associado

Nesse ponto em 1971-1972 o agricultor debulhava milho de paiol para plantar. Ele trocava, pegava semente do vizinho e plantava feijão, pegava trigo do vizinho e trazia para semente. E nessa época eles começaram a explicar que aquelas doenças que dava no feijão, eles lá já vendiam as sementes boas, as sementes fiscalizadas. Daí você começou a fazer experiência e comprar trigo deles e pegava trigo já pesteadado e via a diferença que não tem cabimento. O milho era caro, aquela bolsinha de 40 kg, não existia essas de hoje, existia aquela mojana de SP e o Carazinho do RS, só se comprava esses dois, não existia muito milho. Daí a gente se lamentava, 40 kg de sementes para dar 10 sacos do nosso, é um roubo, mas daí a gente plantava um sacos dessa e um saco das sementes nossas a diferença era da água para o vinho. Daí se via que o negócio era pagar por aquela semente mais cara pois dobrava a produção. Daí o agrônomo sempre explicava tudo, plantar mais perto, sempre se tinha um pé atrás, daí você tentava fazer o que ele dizia, daí plantava na época nossa, longe um metro do outro, mas daí conforme si via que dava certo o que ele falava, tornava a se acreditar nele. Daí que foi acreditando mais neles. Ele tava ensinando-nos a plantar (2009).

Podemos perceber que o agricultor foi convencido de que o sistema que ele exercia – a troca de sementes crioulas entre os vizinhos - antes da propagação das “modernas técnicas”, era responsável por espalhar doenças. E mesmo achando caras as referidas técnicas e sabendo que estava perdendo autonomia para plantio, adubação e criação de animais, muitos agricultores foram convencidos de que as novidades da ciência poderiam melhorar sua vida. MENDONÇA (1998), quando fala de agronomia e poder, discute muito a cientificidade do saber agrônômico e veterinário, que passou a ser visto como instrumento de modernização e progresso no campo. Para a autora, os agrônomos “[...] se viam como os *líderes naturais* do processo de modernização da agricultura brasileira” (1998, p.29).

Nesse sentido, a preparação de líderes comunitários através dos comitês educativos, seria de fundamental importância para a difusão de novos conhecimentos, principalmente técnicos e comportamentais. “Uma vez adotada pelos agricultores que são líderes de suas comunidades, eles se encarregariam de fazer a multiplicação de novas ideias” (GIRARDI,

MASIIERER, SCHWAAB, 2007). E esse “convencimento” era papel do setor de educação, aliás, realizado com muito êxito, como podemos perceber no depoimento a seguir

[...] o que ficou mais evidente é o negócio do porco, que ela integrava o agricultor, e pagava mais, e ensinava, e se vendia para ou outros não tinha técnico, não tinha nada, segurança, ração, nada, tinha que se virar com tudo, na parte foi a tecnologia que a cooperativa trouxe, agrônomo e veterinário, foi o que mais marcou, se você tinha um comércio não tinha nada, e outro detalhe, ele faziam palestras pegavam um doutor a cooperativa pagava, chamava um monte de agricultor para participar, em todo esse tempo de cooperativa acho que tenho uns mil dia de palestra e reunião, mas aprendi, não tenho estudo, mas tenho experiência de vida, o eu mais marcou foi essas parte de reunião para ensinar o agricultor (SCHNEIDER, 2009).

Nessa fala do associado podemos perceber bem latente uma questão colocada por SAUER [...] essa dominação tende a desaparecer da consciência das pessoas diante de um possível aumento de crescente produtividade e domínio da natureza, como fatores que deverão proporcionar uma vida mais confortável (2010, p.153). E não é só na fala desse associado, muitos deles percebem essa orientação da cooperativa como um trabalho positivo que evitou sua ida para as favelas ou para os trabalho nas agroindústrias²⁸. Podemos notar também que muitos desses depoimentos estão carregados de identidade e pertencimento coletivo; memórias que não são apenas expressões individuais ou de uma história, mas que percebemos estar presente no que valorizam, no que temem e no que esperam, já que para muitos a Cooperativa foi e continua sendo um lar.

Ao falar do contexto do programa e de seus resultados mais amplos, de médio e longo prazo, o comunicador conclui sua fala da seguinte maneira

O trabalho de comunicação tinha por objetivo o homem associado, o seu esclarecimento, a sua fidelidade, a entrega da produção com regularidade e menos discórdia sempre que houvesse uma reunião. Estava em curso, nesse tempo, as Comunidades Eclesiais de Base, germe do MST e PT e sempre haviam agricultores dispostos a detonar a Cooperativa como instrumento da direita e dos partidos de sustentação da ditadura militar. De forma madura e isenta o serviço de comunicação precisava deixar claro que a cooperativa estava a serviço do associado e nem por isso

28 Para muitas pessoas, trabalhar em frigorífico só em últimos casos, se não tiver outra opção. É um trabalho que exige “submissão” total ao que a agroindústria impõe, cumprimento de metas de produção elevadíssimas, atenção total, distração zero. Muitos chegam a comparar esse trabalho com escravidão ou até morte.

contra as instituições como Banco do Brasil, Acaresc, Empasc, Fecoerusc e outras instituições (governamentais) que estavam a serviço do agricultor. Foi uma luta sem tréguas, mas vencemos pela razão, pelo exemplo, pela transparência, pela seriedade. A voragem ideológica que queria a cooperativa trabalhando no modelo do cooperativismo sem terra (que conhecemos) passou e a Alfa é, hoje, a maior cooperativa do Brasil.

Mesmo que seja a opinião do comunicador, as pesquisas de campo tem nos indicado que essa opinião prevaleceu entre alguns comunicadores, agrônomos, técnicos, administradores, líderes e associados. É claro que encontramos também muitas opiniões contrárias, críticas ao trabalho e a maneira que a cooperativa “incorporou” o modelo desenvolvimentista e usou de estratégias e discursos persuasivos com os associados. Mas deixamos isso para aprofundar em outra pesquisa, pois o terreno não é muito firme

Figura 09: Vista aérea da sede da Cooperalfa em meados da década de 1980. Além das mudanças já citadas, que os programas educativos e técnicos proporcionaram, o crescimento da cooperativa pode ser visto também na sua estrutura, comparada a imagem de 1977, colocada no início do trabalho.



Acervo: Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito

Considerações

Experiências históricas de cooperativismo nos mostram as dificuldades que as cooperativas enfrentam quando se propõem a ser apenas mais uma alternativa de renda ou de emprego. Usando uma linguagem mais simples, é um projeto popular de sociedade, que pode nutrir os objetivos e a continuidade do trabalho da instituição, porém, não se sustenta por muito tempo se não estiver articulado a uma formação que tenha seus alicerces assentados nos valores da cooperação, da solidariedade e da autogestão. E acima de tudo, o que muitos especialistas em cooperativismo defendem, nenhuma cooperativa consegue se fortalecer se não tiver um programa eficiente de comunicação e educação cooperativa, que as pessoas não nascem cooperativistas, que a cooperação se constrói com formação e educação.

No caso dessa pesquisa, as fontes orais nos ajudaram bastante a entender o sentido que os responsáveis dos setores davam ao seu trabalho e ao entendimento que tinham de comunicação e educação cooperativa. Sentido esse que muitas vezes fica imperceptível nas fontes documentais, principalmente no que se refere a metodologia e resultados.

As fontes orais estão ajudando a apreender os processos históricos na perspectiva dos diferentes sujeitos sociais, mesmo aqueles que não escreveram sua história. Tudo isso, enriquece a própria investigação histórica. No entanto, há que se cuidar para não individualizar as experiências particulares e nem idolatrá-las como coletivas (MARCON, 2000, p, 42).

Cabe ressaltar que o que pretendemos com este trabalho não é criticar a modernização e apontá-la como maléfica para os agricultores, ou colocar que o sentido muitas vezes “civilizador” que tiveram os trabalhos da educação cooperativa tivessem esse sentido para o comunicador e até mesmo para os associados. Buscamos apenas analisar as ferramentas que dirigente e educadores, que estiveram direta ou diretamente envolvidos com o programa, utilizaram para difundir o projeto governamental de modernizar a “arcaica” agricultura brasileira e educar o associado para a fidelidade cooperativa. Construir uma ponte entre a memória de quem participou desse processo, os materiais e ferramentas utilizados e contexto político-econômico em que viviam nos permite uma

percepção macro do processo. Nesse sentido de compreensão do processo histórico, Koselleck defende que a “busca do cotidiano do tempo histórico” não pode deixar de

[...] contemplar as rugas no rosto de um homem, ou então as cicatrizes nas quais se delineiam as marcas de um destino já vivido [...] deve evocar na memória a presença, lado a lado, de prédios em ruínas e construções recentes [...] que observe também o diferente ritmo dos processos de modernização sofrido por diferentes meios de transporte, que do trenó ao avião, mesclam-se [...] que contemple a sucessão de gerações dentro da própria família, assim como o mundo do trabalho [...] diferentes espaços da experiência e o entrelaçamento de distintas perspectivas de futuro, ao lado de conflitos ainda em germe (KOSELLECK, 2006, p.13-14).

O que pretendemos com este trabalho não é desmentir a história “oficial”, mas analisarmos também a história que não é contada em livros, e que está na memória de associados, dirigentes e educadores que estiveram direta ou indiretamente envolvidos com o programa. Construir uma ponte entre memória e história, ouvir as pessoas e conhecer outras histórias.

Nesse sentido, a história oral permite que se possa [...] perceber com maior clareza a articulação entre, de um lado, as percepções e as representações dos atores, e, de outro, as determinações e interdependência que tecem os laços sociais (FERREIRA/AMADO, 1996, p.24), buscando uma compreensão maior do processo, das memórias e experiências vividas. O registro de memórias pode ser uma condição para compreender problemas históricos, mas, também é necessário um extremo cuidado para não idealizar os acontecimentos e experiências culturais, perceber quem conta, o que conta, de quem quer lembrar, o que quer lembrar e porque quer lembrar ou esquecer. O historiador precisa a construção da narrativa histórica “[...] exige a superação do estágio da simples descrição do acontecimento resultante da utilização das fontes, levando-se em conta as leituras sucessivas que atribuem um sentido sempre mutável aos diversos estágios constitutivos da memória coletiva” (DOSSE, 2001, pg. 36).

“Deslegitimar” memórias é uma das principais tarefas da história, por sinal nada fácil. Contrapor a memória consagrada por um grupo não significa afirmar que a construção das suas memórias é mentira. As pessoas retiram do seu passado alguns fatos para relembrar, que elas guardam como um elo que as liga ao passado. Elas fazem questão de retirar do passado apenas aquilo que está vivo ou capaz de viver na consciência do

grupo que a mantém. As memórias são [...] patrimônio que o grupo detém e que é uma parte importante de sua identidade (ALBERTI, 2004).

Cabe lembrar também que a relação que havia entre agricultores e comerciantes, geralmente colocada pelos cooperativistas como problemática, mereceria uma análise mais profunda. Muitos comerciantes tinham uma relação de camaradagem com os produtores, inclusive emprestando dinheiro ou até mesmo em relações de compadrio. E o primeiro presidente da Cooperalfa era um desses comerciantes, que tinham grande prestígio com sua comunidade. Mas essa análise fica para uma próxima pesquisa.

O trabalho de educação cooperativa mudou muito a vida de comunicadores, técnicos, associados e da instituição, pelo menos na visão de seus idealizadores e executores. Mudanças defendidas como positivas, como percebemos nas falas citadas anteriormente. Numa prévia pesquisa realizada, podemos perceber também que muitos associados concordam, e outros não, pois acabaram excluídos por não se enquadrarem nos novos moldes produtivos e comportamentais impostos por um modelo econômico e social almejado pelas políticas governamentais. Exclusões, conflitos políticos e disputas de poder que sempre fizeram parte da Cooperalfa, as vezes imperceptíveis, outras vezes latentes. Vamos entender melhor esse processo na continuidade da pesquisa.

Fontes

Cooperalfa: 10 anos somando fatores de produção. Folder em comemoração aos 10 anos de Cooperalfa. Publicado em 1977, sem citação de autoria.

Cooperalfa 20 anos. Livreto em comemoração aos 20 anos de Cooperalfa. Publicado em 1987, sem citação de autoria.

Cooperativa Regional Alfa Ltda: seu início, sua evolução, sua situação atual, seus planos. Cartilha. Chapecó, 15 de novembro de 1977. Olívio Baldissera (Secretário) e Aury Luiz Bodanese (Presidente)”.

FORNECK, Elisandra. **Cooperalfa: memórias do cooperativismo (1967-1980).** Monografia de Especialização em História e Geografia: fronteiras do conhecimento. Unochapecó, 2010. Chapecó/SC.

GEBLER, Érico F. OLIVEIRA FLHO, Hélio de. **Integração e participação em cooperativismo.** Cartilha.

JORNAL DA PRODUÇÃO. **Conselho de Posto: o associado mais perto da cooperativa.** Florianópolis, julho de 1978. Ano VIII. N.63.

JORNAL O COOPERALFA. Chapecó, outubro 2007. Ed. 225

JORNAL O COOPERALFA. Chapecó, fevereiro 2013. Ed.288.

O Cooperativismo ao alcance de todos. Produção: OCESC e SESCOOP-SC. Florianópolis/SC, 1999.

Seminário “Reflexão, estudo, sugestão: problemas da terra”. Apostila construída pela Assessoria de Comunicação e Educação da Cooperalfa para usar nos trabalhos com os comitês educativos. Sem data.

Entrevistas

AGRÔNOMO. Entrevista com Responsável do Departamento Técnico em agosto de 2012. Entrevistador: E. Forneck. Chapecó, 2012. Projeto de Pesquisa “Educar para fidelizar: o papel do departamento de comunicação e educação na Cooperalfa (1977-1987)”.

BALDISSERA, O. **Entrevista com Olívio Baldissera**. [9 de set. 2008.] Entrevistador: E. Forneck. Chapecó, 2008. Projeto de Pesquisa “Cooperalfa: memórias do cooperativismo.”

COMUNICADOR. Entrevista com Responsável do Departamento de Comunicação e Educação em agosto de 2012. Entrevistador: E. Forneck. Florianópolis, 2012. Projeto de Pesquisa “Educar para fidelizar: o papel do departamento de comunicação e educação na Cooperalfa (1977-1987)”.

SCHNEIDER, A.S.. **Entrevista com Antônio Sebastião Schneider**. [25 de mar. 2009.] Entrevistador: E. Forneck. Chapecó, 2009. Projeto de Pesquisa “Cooperalfa: memórias do cooperativismo”

SERRANO, O. **Odilon Serrano** [30 de jun. 2008.] Entrevistador: E. Forneck. Chapecó, 2008. Projeto de Pesquisa “Cooperalfa: memórias do cooperativismo”.

Site consultado

www.ocb.org.br

www.cooperalfa.com.br

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. **Tradição oral e História oral**: proximidades e fronteiras. Palestra proferida em 18 de maio de 2004 na sessão de abertura do VII Encontro Nacional de História Oral.

DOSSE, François. **A história à prova do tempo**: da história em migalhas ao resgate do sentido. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: a história dos costumes. Vol. 1. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. Tradução: Ruy Jungmann.

ESPÍRITO SANTO, Evelise. **A Agricultura no estado de Santa Catarina**. Chapecó: Grifos, 1999. 170 p.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. Apresentação. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. (orgs). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ 38 ed. Ed. Vozes, 2010. Tradução: Raquel Ramalhete.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; MASSIERER, Carine; SCHWAAB, Reges Toni. Estratégias discursivas para persuadir o agricultor ao produtivismo. *Revista Estudos em Jornalismo e Mídia*. Vol. IV N 1- 1 semestre de 2007. Disponível em: www.periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/.../2205/2048

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição a semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Perreira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. 368 p.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Campos de atraso, campos modernos**: discursos da Extensão Rural em Santa Catarina (1956-1975). Florianópolis: 1997, 219 p. Dissertação (Mestrado em História) - Curso de Pós Graduação em História, Universidade federal de Santa Catarina.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das Agriculturas no Mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010, 568 p.

MARCON, Telmo. Fontes orais e escritas: algumas reflexões. **Cadernos do Ceom**, Chapecó, SC, v.14, n.12, p. 25 - 44, dez.2000.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Agronomia de Poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998. 204 p.

PAULILO, Maria Ignês Silveira; SCHMIDT, Wilson (Coords.). **Agricultura e Espaço Rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2003 311 p.

PERREIRA, Jorge Arlan de Oliveira. O papel dos departamentos de comunicação e educação em cooperativas agropecuárias do oeste do estado de Santa Catarina: a visão dos comunicadores. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, SP, 1999.

RADIN, José Carlos. **Representações da Colonização**. Chapecó: Argos, 2009. Cap. "O contexto da colonização e o Brasil moderno".

RECH, Daniel. **Cooperativa: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro. Fase – Faculdades Arthur AS Earp Neto, 1995. 173p.

RIOS, Kênia Rios. História oral: que história é essa? **Cadernos do Ceom**, Chapecó, SC, v.14, n.12, p. 09 - 23, dez.2000.

SHAPIN, Steven. Conferência de abertura do 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia proferida em 03 de setembro de 2012, na USP, em São Paulo

SCHNEIDER, José Odelso. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**/ José Odelso Schneider. 2. Ed. São Leopoldo: Unisinos, 1999 496 p.

SAUER, Sérgio. **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 192 p.

SILVA, Claiton Marcio da. **Agricultura e cooperação internacional: atuação da American International Association for economic and social development (AIA) e os**

programas de modernização no Brasil (1946-1961). Rio de Janeiro: s.n.2009. Tese de Doutorado em História das Ciências e da Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz.

SILVA, Claiton Marcio da. **Saber, Sentir, Servir E Saúde**: a construção do novo jovem rural nos Clubes 4-S (1970-1985). Florianópolis: 2002. Dissertação de Mestrado em História, curso de Pós Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Anexo I: Perfil do Comunicador

Recorte da entrevista concedida a Elisandra Forneck em 2012.

Bem, eu sou nascido no RS, município de Bozano, está lá enterrado meu cordão umbilical, transformado em alguma coisa. E muito cedo eu me iniciei no rádio, eu não tive grandes possibilidades de estudar enquanto menino, pela dificuldade das coisas né, o segundo grau ainda era possível, o terceiro não. E eu me fiz um radialista. Trabalhei no rádio até 1964, quando já em Palmitos – SC, resolvi fundar um jornal. E através desse jornal eu vim morar em Chapecó, convidado pelo então secretário do Oeste, no início da secretaria que foi no ano de 1963 fazendo jornal, fazendo um pouco de rádio também em Chapecó, fazendo uma agência de propaganda que eu também fundei, eu fui chamado pela cooperativa em 1968, não, bota mais dez anos em cima, 1978, para fazer a festa dos dez anos da cooperativa (na verdade a festa foi em 1977). Eu tinha amizade nessa época com a direção da cooperativa em função do meu trabalho de jornalista, e fui chamado pela direção, seu Aury, Baldissera, Odilon Serrano, Pergentino Grando, para ajudar a preparar, para ser o homem da comunicação. A pessoa que responderia pelo brilho, pelo verniz da festa dos 10 anos da Cooperalfa. Fechamos um contrato de prestação de serviços que teria tempo para começar e tempo para terminar. Quando fizemos a festa foi uma festa bonita, nós reunimos cerca de 3500 agricultores, num churrasco que foi servido embaixo das árvores na Colônia Cella (comunidade no interior de Chapecó). Deve ter fotos dessa festa. Festa que contou com presença de governador, etc e tal...e isto era um negócio bonito. E quando passou a festa, eu fui lá, fiz a prestação de contas, entreguei para eles, ó, gastei tanto, tenho tanto para receber e vocês e tá aqui o que vocês tem que pagar para os fornecedores. Aí me pediram que fosse para o gabinete do Bodanese. Nesse momento, o Bodanese perguntou se eu queria continuar. Nessa época eu estava gerente da sucursal oeste do jornal O Estado, um jornal que não circula mais em SC. Daí eu disse, tá eu fico com vocês, porque eu gostei de trabalhar com vocês. E minha função era exatamente reforçar o departamento técnico que a cooperativa já tinha e estava conduzido, esse departamento estava sendo conduzido pelo Eloi Frazzon.

Anexo II: Perfil do Agrônomo

Recorte da entrevista concedida a Elisandra Forneck em 2012.

Sou natural de Santa Maria RS. Meus pais são de Jaguari RS [...] essa é uma cidade próxima lá, mas que na década de 1940 saíram do meio rural, vieram então perto de Santa Maria, um pouco trabalhavam na agricultura, outro pouco na parte de fabricação de tijolos, artesanais no início. Meu pai durante mais de quarenta anos, cinquenta anos, então começou produzindo praticamente a mão, depois com tração animal, depois com motor a diesel, depois com energia elétrica, então trabalhou durante esse período. Eu, nesse meio aí, nasci em 1942, e meu pai sempre falava, eu sou o quarto filho, que pelos menos um que tinha que estudar, pelo menos ser o guarda livro da família, na época (risos). Quando eu terminei o secundário e tal, analisando as possibilidades, resolvi estudar agronomia. Falavam estuda isso, estuda aquilo, enfim não, vou fazer agronomia. Passei no primeiro ano, em Santa Maria, a universidade recém tava, eu sou da quarta turma. Na realidade a universidade de Santa Maria foi uma das, na época que o ensino foi criado, normalmente era nas capitais que tinha as faculdades e tal, e a Universidade foi criada no ano de 1966 parece, não...na década de 1960, no início da década de 1960. Tinha diversas faculdades e foi criada a Universidade Federal, no caso, a UFSM. Entrei em 1966 e saí em 1969. E vim para SC, fiz um concurso para Acaresc, na época, e fiz um pré serviço, em Florianópolis, no tempo em que não tinha as duas pontes, tinha só aquela ponte pencil, esse serviço foi janeiro/fevereiro de 1970, março fiz o estágio em Anchieta, lá no extremo, saí de Florianópolis, na época era 24 horas de viagem para chegar até Anchieta, a estrada era praticamente tudo chão, uma loucura, tinha só um pedacinho de asfalto por perto de Florianópolis, era uma quebrada longa. E em primeiro de abril de 1970, eu fui designado então para trabalhar em Abelardo Luz. Trabalhei em Abelardo Luz durante três anos e meio, organizamos, trabalhamos somente com pequenos associados, agricultores, recém que Abelardo Luz estava acordando para a agricultura, nas áreas maiores, e em 1971 fundamos uma cooperativa [...] era Abelardo e São Domingos, mas essa cooperativa durou em torno de 10 anos, depois foi incorporada pela Coamo. Em três anos e meio, fiquei lá até meio de 1973, Em 1973 fui promovido a coordenador do cooperativismo na Acaresc...trabalhei seis meses em Maravilha. No final de 1974 vim para Chapecó, fui transferido para Chapecó, já que o coordenador daqui foi contratado pela Central, na época, o Cipriani, agrônomo, surgiu essa vaga e me convocaram para cá. Aí fiquei até

1976 trabalhando na Acaresc, coordenando todo o trabalho de cooperativismo na região praticamente, foi ampliada as regiões. Na época foi criado um projeto chamado Proeste, que se destinava, por um lado, trabalhava com cooperativismo na Acaresc, incentivando o pessoal, fazendo projetos de armazenagem, na época era muito carente de armazenagem as cooperativas, então fazia projetos de viabilidade econômica para conseguir verba, BRDE, na época principalmente e, ao mesmo tempo surgiu um projeto, dos órgãos que coordenavam a parte da agricultura no estado, para unir as cooperativas, porque na década de 1970, houve um trabalho muito forte da Acaresc, e o bom extensionista era aquele que tinha um clube 4S, tinha assistência ao homem do campo, ao homem rural e tinha uma cooperativa e um sindicato dentro do município, então criou-se muitas cooperativas. E no decorrer do tempo notou-se que essas cooperativas, em quantidade muito grande, elas dependiam muito de administração, o pessoal não era preparado, então muitas não tinham sucesso. E essas então que não tinham sucesso, foram devagarzinho sendo incorporadas pelas demais. Daí que ocorreu aqui na época, em 1975, nós incorporamos a Agropastoril de Chapecó com a Xaxiense, onde surgiu a Alfa, no início de 1975 então mudou o nome [...] Mas afinal, o trabalho feito, de repente eu fui convidado [...] a idéia era abranger, já tinha uma área de atuação razoável, então pegou Xaxim, pegou Coronel Freitas, pegou Quilombo, então tinha uma vasta área a ser explorada, o departamento técnico da Alfa estava muito mal organizado. Então seu Aury um dia me convidou para trabalhar, vim trabalhar na Cooperalfa, na época, trabalhei durante 29 anos na Cooperalfa. Fui diretor técnico, diretor industrial, vice presidente, cheguei no vice presidente e saí para cuidar da Cooperativa de Crédito. Então essa é a pequena história rapidinha da minha passagem.